

**Nº09 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 03 de maio
de 2018. -----**

Aos três dias do mês de maio do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de vinte e sete de abril de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHORA DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Vice-Presidente da Câmara, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, atendendo à sua agenda parlamentar programada, para o dia de hoje, reuniões de Grupo Parlamentar de manhã e reunião plenária à tarde-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

II - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, NUNO VAZ RIBEIRO. -----
Balneário Termal de Chaves - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara

procedeu a uma avaliação sumária, sobre o estado de conservação do Balneário Termal de Chaves, identificando os pontos críticos existentes e descrevendo as ações, em curso, no que concerne à sua limpeza e conservação. -----

Tal intervenção, foi acompanhada com a projeção de registo fotográficos ilustrativos do estado de conservação do balneário e dos trabalhos de manutenção e conservação, em execução. -----

III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo procedido à entrega e leitura dos seguintes documentos: -----

RENÚNCIA AO MANDATO -----

Exmo. Presidente -----

Exmos. Vereadores -----

Flavienses -----

Exerço há vinte anos de forma ininterrupta a função de membro do executivo municipal. Fui eleito vereador nas eleições autárquicas de 14 de dezembro de 1997. -----
 Constituiu para mim uma subida honra e um enorme prazer servir o Município de Chaves e os flavienses. -----
 Foram vinte anos de muita dedicação e trabalho. Chaves está hoje um concelho mais moderno e desenvolvido. Ao longo destes vinte anos foram construídos muitos Km de infraestruturas, equipamentos diferenciadores e qualificantes, espaços verdes ímpares e assistiu-se a um grande progresso sociocultural. Muito foi feito para engrandecer o concelho e tornar mais felizes os seus cidadãos, por mim e por todos aqueles que me antecederam e que comigo trabalharam. Vinte anos volvidos, é tempo de dar lugar a outros, a república e a democracia precisam de novos protagonistas que continuem a honrar e a conduzir os destinos do nosso concelho. -----
 Agradeço encarecidamente o apoio e confiança que recebi dos flavienses ao longo destes vinte anos. Termino as minhas funções como membro do executivo municipal de Chaves com o sentimento de dever cumprido. ---
 Obrigado a todas as pessoas que em mim confiaram e com quem trabalhei para engrandecer Chaves, com particular destaque para todos os funcionários da câmara municipal. -----
 Neste momento, passados seis meses do atual mandato e após a aprovação das contas do exercício do ano 2017, entendo estarem reunidas as condições para poder colocar um ponto final nesta minha participação cívica como membro do executivo municipal. Em conformidade com as disposições legais, renuncio ao mandato para o qual fui eleito no dia 1 de outubro de 2017 (anexo declaração de renúncia). -----
 Chaves, 3 de maio de 2018 -----
 O Vereador -----
 António Cândido Monteiro Cabeleira -----

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE MANDATO -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves -----
 Eu, António Cândido Monteiro Cabeleira, vereador da Câmara Municipal de Chaves, portador do C.C. n.º 3838078, comunico a V.ª Ex.ª, de forma livre, expressa e irrevogável, a renúncia ao mandato de vereador, cargo para que fui eleito pelos flavienses em 1 de outubro de 2017 e que exerci com muita honra, profunda consciência democrática e dedicação à causa pública, tendo cumprido com lealdade e elevado sentido de responsabilidade as funções que me foram confiadas. Esta renúncia não é fruto de uma decisão fácil e mereceu a minha reflexão profunda. Candidatei-me com o firme propósito de continuar a trabalhar para o nosso concelho com espírito crítico e positivo, o que continuarei a fazer já não como vereador, mas como simples cidadão.--
 Neste momento, passados seis meses do atual mandato, após a aprovação das contas do exercício do ano 2017 e com vinte anos de exercício ininterrupto como membro do executivo municipal, entendo estarem reunidas as condições para cessar o meu contributo cívico na qualidade de autarca. -----
 Certo do melhor acolhimento desta decisão e continuando a acreditar que a política é a mais nobre das artes se dirigida ao bem comum e estritamente ao serviço e em benefício dos cidadãos, desejo a V.ª Ex.ª e a toda a vereação um bom mandato, em prol do Município e de todos os flavienses. -----
 Com elevada estima e consideração, subscrevo-me apresentando saudações democráticas. -----
 Chaves, 3 de maio de 2018 -----

O Vereador -----
 António Cândido Monteiro Cabeleira -----

Na sequência da intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo relevado a postura evidenciada, pelo anterior Presidente da Câmara, agora, Vereador do PSD, agradecendo o trabalho que desenvolveu, em prol da democracia e da defesa dos flavienses, sem prejuízo das divergências políticas existentes, quanto à condução dos destinos do Concelho de Chaves. -----
 Terminou a sua intervenção desejando, ao Sr. Arq. António Cabeleira, sucesso, quer no plano profissional, quer no plano pessoal, agradecendo os seus contributos para a consolidação da vida democrática do Concelho de Chaves. -----

Perante a comunicação de renúncia ao mandato apresentada, pelo Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cabeleira, dever-se-ão desenvolver as diligências administrativas indispensáveis à sua substituição, neste órgão executivo, nos termos do disposto, sobre a matéria, no artigo 76º da Lei 169/99, e ulteriores alterações. -----

IV - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHOR ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo procedido à entrega e leitura do requerimento relacionado com o pedido de suspensão de mandato, documento cujo teor abaixo se transcreve para todos os efeitos legais: -----

Exmº Senhor -----

Presidente da Câmara Municipal de Chaves -----

Chaves, 3 de maio de 2018 -----

Assunto: PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO -----

Carlos Augusto Castanheira Penas, Vereador da Câmara Municipal de Chaves, eleito na lista do PPD/PSD, em conformidade com o disposto no art.º 77 da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na sua atual redação, **vem requerer a suspensão do mandato**, com início a 17 de maio de 2018, inclusive, e término a 17 de novembro de 2018, por motivos profissionais consubstanciados no afastamento temporário da área da autarquia e por período superior a 30 dias, em virtude da criação de um novo projecto empresarial e da necessidade de formação técnica específica e obrigatória, que ocorrerá fora de Chaves. -----

Cumprimentos -----

Pede deferimento -----

Carlos Augusto Castanheira Penas -----

Após apreciação do pedido supra referido, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o pedido de suspensão do mandato autárquico do Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, nos termos e de acordo com os fundamentos exarados no respetivo requerimento. -----

Perante o requerimento de suspensão ao mandato apresentado, pelo Vereador do Partido Social Democrata, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, e seu deferimento, por parte do Executivo Municipal, dever-se-ão desenvolver as diligências administrativas indispensáveis à sua

substituição, neste órgão executivo, nos termos do disposto, sobre a matéria, no artigo 77º da Lei 169/99, e ulteriores alterações. -----

V - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo solicitado esclarecimentos sobre o dossier relacionado com a rede escolar do Concelho, nomeadamente, sobre a realização de eventuais diligências promovidas, pela autarquia, junto da tutela, sobre o desenho da nova rede escolar do Concelho e o eventual encerramento de alguns estabelecimentos escolares. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, reiterado, no essencial, os seus comentários apresentados, sobre a matéria, na anterior reunião ordinária deste Executivo. -----

A autarquia irá defender, de forma determinada, que as escolas do concelho dever-se-ão manter em funcionamento desde que seja observado um número de alunos não inferior a 10. -----

De seguida, usou da palavra, o Vice-presidente, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo facultado para consulta do Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cabeleira, todos os documentos, entretanto, produzidos, sobre a matéria, em apreciação, nomeadamente, a comunicação dirigida à competente direção geral. -----

De seguida, usou, novamente, da palavra, Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo manifestado as suas reservas quanto ao rácio avançado, pelo Senhor Presidente da Câmara, sobre a matéria, em apreciação, no caso, o eventual encerramento das escolas. -----

Tal critério associado ao número de alunos não inferior a 10 terá uma projeção manifestamente negativa, na situação, individual e concreta dos jardins de infância do Concelho de Chaves. -----

A título de exemplo, se pode, eventualmente, ser compreensível o encerramento da escola do 1º Ciclo de Vila Verde da Raia, o mesmo não deve ser defensável, relativamente ao encerramento do Jardim de infância da mesma localidade, mesmo que este funcione com um número inferior a 10 crianças. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 19 de abril de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

Não participou na votação deste assunto, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas em virtude de

não ter estado presente na reunião da Câmara Municipal titulada pela ata objeto de aprovação. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P. - PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente, para conhecimento, o Protocolo de Colaboração entre o Município de Chaves e a Agência Portuguesa para o Ambiente, I.P, identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º1. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2. "RALI DO ALTO TÂMEGA" - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS ADMINISTRATIVAS -. DESPACHO Nº 35/GAP/2018.-----

Foi presente o despacho identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Justificação -----

Considerando que, por despacho praticado pelo Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Dr. Francisco Melo, no uso de poderes subdelegados, datado do dia 19/04/2018, veio a ser autorizada a realização da prova desportiva denominada " Rali do Alto Tâmega", a ter lugar nos dias 21 e 22 de abril/2018;-----

Considerando que a entidade organizadora da aludida prova desportiva, "CAMI - Clube de Aventura do Minho", veio, através de requerimento, via email, do dia de hoje, solicitar a isenção das correspondentes taxas administrativas;-----

Considerando que a matéria correlacionada com a isenção de taxas administrativas encontra-se positivada no art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais;-----

Considerando que o n.º 2, do art. 24º do aludido instrumento regulamentar, prevê, expressamente, no seu clausulado, o seguinte:

" As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, poderão beneficiar da isenção do pagamento de taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias."/;-----

Considerando, ainda, que a apreciação e decisão da eventual isenção do pagamento das taxas previstas no Regulamento de Liquidação Cobrança de Taxas Municipais, carece de formalização do pedido, o qual deverá ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, na sua finalidade estatutária, bem como dos demais elementos exigíveis em cada caso, de acordo com o disposto no n.º8, do art. 24º do referido Regulamento Municipal.-----

Considerando que a requerente instruiu o seu requerimento com os seguintes documentos, a saber:-----

- Documento comprovativo da natureza jurídica;-----
- Documento comprovativo da finalidade estatutária;-----
- Declaração de não dívida à Segurança Social;-----
- Declaração de não dívida à Autoridade Tributária;-----

Considerando que, de acordo com a informação prestada pela Divisão de Gestão Financeira, a ora requerente não tem dívidas perante o Município de Chaves;-----

Considerando, assim, que se encontram reunidos os pressupostos legais para a interessada poder beneficiar da isenção das respetivas taxas, nos termos do disposto nos n.ºs 2, 8 e 12 do art.24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais;-----

Considerando que o valor das taxas administrativas associadas ao licenciamento da atividade desportiva pretendida pela requerente ascende ao montante de €21,60 (Vinte e um euros e sessenta cêntimos;-

Considerando que, ciente das razões acima evidenciadas, tendo como credencial legal o disposto no n.º 3, do Artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, sempre que o exijam circunstâncias excecionais e urgentes e não seja possível reunir extraordinariamente a Câmara, pode o Presidente praticar quaisquer atos da competência desta, ficando, todavia, estes, sujeitos a ratificação, na primeira reunião do executivo realizada após a sua prática;-----

Considerando que, no caso individual e concreto ora em apreciação, se encontram reunidos todos os pressupostos legais decorrentes da aplicação de tal norma, a saber:-----

- Urgência da situação em face dos factos anteriormente descritos;
- Impossibilidade de realização, em tempo útil, de uma reunião extraordinária do executivo municipal, tendo por referência a data da decisão administrativa consubstanciada na autorização da realização da prova desportiva (19/04/2018) e, bem assim, a data da realização efetiva da mesma, ou seja, **a ter início no dia 21 de abril** e terminus no dia 22 de abril do corrente ano;-----

II - Do Despacho em sentido estrito-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito anteriormente expostas, determino o seguinte:-----

a) Autorizar a isenção do pagamento das respetivas taxas, no valor total €21,60 (Vinte e um euros e sessenta cêntimos), de acordo com o disposto no n.º 2, 8 e 12, do art. 24º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais;-----

b) Sequencialmente, que seja notificada a requerente do teor integral do presente despacho, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo;-----

c) A presente isenção deverá ser comunicada à Divisão de Gestão Financeira, para efeitos de controlo de isenções concedidas pela Autarquia Local;-----

d) Por último, considerando a urgência da situação anteriormente evidenciada, deverá o presente assunto ser agendado para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, a ter lugar no próximo dia 3 de maio, em vista à obtenção da necessária e competente ratificação da presente decisão, nos termos do disposto no n.º 3, do Artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

Chaves, 20 de abril de 2018-----

O Presidente da Câmara Municipal,-----
(Nuno Vaz)-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 20.04.2018. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DOS PASSES ESCOLARES DOS ALUNOS CARENCIADOS QUE FREQUENTAM O ENSINO SECUNDÁRIO - ANO LETIVO 2017/2018. INFORMAÇÃO/DDSC Nº64/SE Nº37/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais:-----
Através da Informação nº 92/SE Nº50/2017, de 28 de julho de 2017, presente na reunião de Câmara de 04 de agosto de 2017, foram aprovadas as normas de comparticipação, com vista à sua implementação no ano letivo 2017/2018, dos passes escolares dos alunos carenciados do ensino secundário, e que passo novamente a expor:-----

"- A comparticipação a 100% dos passes dos alunos provenientes da Escola Professor Nuno Rodrigues e do Patronato de Vilar de Nantes;---

- A comparticipação no valor de 100%, 50% e 25% dos passes dos alunos que frequentam o Ensino Secundário e que apresentam dificuldades económicas;-----

Na avaliação dos pedidos de comparticipação, deverão ser considerados:-----

a) O Escalão atribuído pelo Serviço de Ação Social Escolar do respetivo Agrupamento de Escolas;-----

- **Comparticipação a 100%** - Situações de grave carência identificadas pelas direções dos Agrupamentos de Escolas, Juntas de Freguesia ou pelo próprio, com verificação e confirmação por parte do setor de educação;-----

- **Comparticipação a 50%** - Alunos com o escalão A;-----

- **Comparticipação a 25%** - Alunos com o escalão B ou inseridos em famílias que comprovadamente auferiram rendimentos reduzidos."-----

Em consonância com o exposto e de acordo com a deliberação de Câmara de 04 de agosto de 2017, "após a receção e avaliação dos pedidos de comparticipação, para o presente ano letivo, proceder-se-á à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, será atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso".-----

Considerando que no âmbito dos pedidos de comparticipação financeira dos passes escolares dos alunos que frequentam o Ensino Secundário e que apresentam dificuldades económicas, deram entrada no Município de Chaves, durante o **mês de abril, mais 04 pedidos de comparticipação**, distribuídos de acordo com as seguintes tabelas.-----

ESCOLA SECUNDÁRIA DR. ANTÓNIO GRANJO

Passe comparticipado a 25%- Escalão B

Nome do aluno:	Localidade
Maria Catarina Morais Esteves	Vila Frade

ESCOLA SECUNDÁRIA FERNÃO MAGALHÃES

Passe comparticipado a 50%- Escalão A

Nome do aluno:	Localidade
Camilly Macena de Lima Cavalcanti	Vidago

--	--

ESCOLA SECUNDÁRIA Dr. JÚLIO MARTINS

Passe participado a 50%- Escalão A

Nome do aluno:	Localidade
Fernando Manuel da Fraga Moreira	Couto de Ervededo

Passe participado a 25%- Escalão B

Nome do aluno:	Localidade
Tiago José Batista Reigada	S. Vicente

Considerando que o valor previsto, com este encargo, referente ao 1º, 2º e 3º período, do ano letivo 2017/2018, é de 393,85€-----
Assim, em anexo, segue o mapa com o valor referente às participações atribuídas, para o respetivo reembolso, devendo o respetivo encarregado de educação fazer prova, junto da contabilidade, dos pagamentos efetuados.-----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia:-----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição do cabimento.-----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 23 de abril de 2018-----

A Técnica Superior-----

Lídia Pinto-----

Em anexo: Mapa com o valor dos respetivos reembolsos-----

*O encargo assumido pelo Município, até à presente data, referente às participações com os passes escolares do ensino secundário, passa a ser no valor de 8.432,84€-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 27.04.2018 -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. COMPARTICIPAÇÃO DE PASSE 4_18 DOS ALUNOS CARENCIADOS QUE FREQUENTAM A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA - ANO LETIVO 2017/2018. INFORMAÇÃO Nº 65/SE Nº 38/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

Através da Informação DDSC Nº 91/SE Nº 49/2017, de 28 de julho, presente na reunião de Câmara de 04 de agosto de 2017, foram aprovadas as "Normas de acesso ao apoio financeiro para os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que, no âmbito do passe 4_18, utilizam os

Transportes Urbanos de Chaves (linha 1 e 2)", para o ano letivo 2017/2018 e que passo novamente a expor:-----

"A) Normas de acesso ao apoio financeiro para os alunos que no âmbito do passe 4_18 utilizam os Transportes Urbanos de Chaves (linha 1 e 2)

1- Comparticipação a 100% (do valor 9,60€) - Alunos com o escalão A;

- Comparticipação a 50% (do valor 18,00€) - Alunos com o escalão B ou escalão social + (alunos com rendimentos reduzidos);-----

- Não atribuição de comparticipação - Alunos sem escalão.-----

2- Este apoio destina-se a todos os alunos que frequentam a escolaridade obrigatória e que não se encontram abrangidos pelo transporte escolar, previsto no Decreto - Lei nº 299/84, de 05 de setembro.-----

3- Os interessados deverão adquirir os passes nos escritórios da Auto Viação do Tâmega, Lda, e preencher a ficha de pedido de comparticipação no Centro Cultural - setor de transportes escolares - devendo acompanhar o referido pedido com a apresentação do passe 4_18 adquirido; -----

4- O reembolso das referidas comparticipações será efetuado no final de cada período, dezembro, abril e junho, mediante a apresentação dos respetivos comprovativos de despesa nos serviços de contabilidade do Município;-----

5- Será garantida a presença de um ou dois vigilantes (de acordo com o número de crianças que frequentam o Centro Escolar e que venham a utilizar esta modalidade) na Linha 1 dos Transportes Urbanos de Chaves (Abobeleira II - Centro de F. Profissional / Centro F. Profissional - Abobeleira II), no horário das 8h.30, partida para o Centro Escolar, e no horário das 17h.30, saída do Centro Escolar, sendo o encargo com os respetivos passes dos vigilantes, a suportar pelo Município de Chaves."-----

Em consonância com o exposto e de acordo com a deliberação de Câmara de 04 de agosto de 2017, "após a receção e avaliação dos pedidos de comparticipação, para o presente ano letivo, proceder-se-á à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, será atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso".-----

Considerando que no âmbito do passe 4_18, dos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória, deram entrada, no Município de Chaves, mais dois pedidos de comparticipação financeira, de acordo com a seguinte tabela:-----

Nome EE	NIF	Nome Aluno	Escalão
Carlos Manuel Domingues Dias	160796083	João Miguel Dias Alves	A
Isabel Branco	219382662	Marco Alexandre Branco Pinheiro	B

O aluno João Miguel Dias Alves frequenta o 9º ano na Escola Secundária Fernão Magalhães e o aluno Marco Alexandre Branco Pinheiro frequenta o 8º ano na Escola Dr. Júlio Martins.-----

Assim e de acordo com a tabela em anexo, o valor total previsto com este encargo, para o ano letivo 2017/2018, é de 109,80€, devendo os referidos encarregados de educação fazer prova, junto da contabilidade, dos pagamentos efetuados em cada período.-----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia:-----

a)Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição do cabimento.-----

b)O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 23 de abril de 2018-----

A Técnica Superior-----

Lídia Pinto-----

Em anexo: Mapa dos alunos que utilizam o passe 4_18, de acordo com o escalão e o valor do respetivo encargo.-----

*O encargo assumido pelo Município, até à presente data e referente ao Passe 4_18, passa a ser de 5.270,60€-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 27.04.2018 -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PORTUGAL NUMA BANCADA, JOGO DA SELEÇÃO NACIONAL, 07 DE JUNHO DE 2018. INFORMAÇÃO N. °69/2018. PARA CONHECIMENTO -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Enquadramento-----

No dia 24 de abril do corrente ano, deu entrada nos serviços municipais, um e-mail relativo à ação Portugal numa Bancada, no jogo Portugal - Argélia que se realiza no dia 07 de junho em Lisboa.-----

No referido mail foi solicitado à Câmara Municipal de Chaves, a confirmação do interesse em participar em tal ação.-----

Nesta ação a Federação Portuguesa de Futebol tem o gosto de oferecer 50 convites para que 50 fãs do Portugal +, do Município de Chaves possam assistir ao último jogo da seleção nacional de futebol, antes do campeonato do mundo que se vai realizar na Rússia.-----

A identificação dos 50 fãs é da responsabilidade do Município, sendo que, a Federação Portuguesa de Futebol, requer que estes tenham idade igual ou superior a 13 anos e que os mesmos se registem no Portugal +, no site: <https://portugal.fpf.pt/register.aspx>;-----

A adesão do Município de Chaves a esta ação deverá ser confirmada até ao dia 2 de maio, fazendo chegar à Federação Portuguesa de Futebol a lista dos 50 fãs e a identificação do autocarro que os irá transportar.

II - Fundamentação-----

Considerando ser do interesse do Município de Chaves, de acordo com a informação superior do Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal, Dr. Francisco Melo, a participação na ação Portugal numa Bancada, no âmbito do Portugal +, que é uma comunidade criada recentemente, de apoio às seleções Portuguesas;-----

Considerando que a presença no jogo Portugal - Argélia é uma oportunidade única, para que, 50 jovens do nosso Concelho participem ativa e presencialmente num jogo da seleção nacional portuguesa;-----

Considerando que de acordo com orientações superiores, a escolha dos 50 fãs do Portugal + do nosso Município recairá nos 45 alunos com melhor aproveitamento escolar da Escola Profissional de Chaves e 5 representantes do Município;-----

Considerando que é necessário efetuar o registo dos 50 fãs no Portugal +, no site: <https://portugal.fpf.pt/register.aspx>; -----

Considerando que, o transporte com a deslocação a Lisboa dos 50 fãs acarreta a assunção de despesas para o Município de Chaves;-----

Considerando que, de acordo com o procedimento da prestação de serviços para o transporte de crianças e adultos em circuitos para as atividades promovidas no ano de 2018, a locação do autocarro (Chaves - Lisboa, Lisboa - Chaves), será afeta à Consulta prévia n.º1/SC/2018, cujo valor de acordo com a proposta apresentada é de 940,00€ + iva a taxa legal em vigor de 6%.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Atendendo às razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir superiormente, ao Sr. Vice-presidente da Câmara, Dr. Francisco Melo, o seguinte:-----

a) Que seja autorizada a participação do Município de Chaves na ação Portugal numa Bancada, no jogo, Portugal - Argélia no dia 7 de junho em Lisboa, através da presença de 50 jovens da Escola Profissional de Chaves -----

b) Caso o exposto, mereça a anuência positiva por parte de V.^a Ex.^a, propõe-se o seguinte:-----

1.0 encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira, com vista a encetar o procedimento administrativo para a locação do autocarro, (Consulta prévia n.º1/SC/2018);-----

2. Que seja dado conhecimento à Escola Profissional de Chaves da escolha por parte do Município de Chaves, para participação de 45 jovens que frequentam esse estabelecimento de ensino, na ação Portugal numa Bancada, consubstanciada na assistência ao jogo Portugal - Argélia no dia 7 de junho em Lisboa;-----

3. Como solicitado pela Federação Portuguesa de Futebol, que seja informada a Escola Profissional de Chaves, que terá de proceder ao registo dos 45 fãs no Portugal +, no site: <https://portugal.fpf.pt/register.aspx>;-----

4.0 encaminhamento da presente informação, à reunião de Câmara para conhecimento.-----

Chaves, 26 de abril de 2018-----

Técnico Superior-----

(Maciel Duque)-----

Anexo:-----

Cópia do E-mail de 26/04/2018.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, DRA. LÍDIA PINTO, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.04.26.-----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 27.04.2018 -----

À Reunião de Câmara. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4. APOIO À ESCOLA DE ATLETISMO DE CHAVES. INFORMAÇÃO Nº 67/2018. ----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Enquadramento -----

No dia 11 de junho de 2015 foi celebrado um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Chaves, a Associação de Atletismo de Vila Real e o Hóquei Clube Flaviense com vista à implementação do "Projeto de Desenvolvimento do Atletismo em Chaves, passando pela criação da Escola de Atletismo de Chaves, o qual se anexa à presente informação. A partir de setembro de 2015 iniciou a atividade a então denominada "Escola de Atletismo de Chaves" com o apoio do Hóquei Clube Flaviense e da Associação de Atletismo de Vila Real, tendo neste momento a participação regular de cerca de 30 crianças/jovens do Concelho de Chaves. -----

Nos anos de 2015 e 2016, além das cláusulas estabelecidas no protocolo de colaboração o Município de Chaves apoiou com os meios próprios, neste caso os autocarros do Município, o transporte a algumas provas de competição, os atletas da referida Escola de Atletismo de Chaves.-

II - Fundamentação -----

Considerando que o valor estabelecido no protocolo a pagar anualmente pela Câmara Municipal de Chaves à Associação de Atletismo de Vila Real, é de 2.500,00€, e que o mesmo se mostra insuficiente para pagamento do transporte a todas as provas de competição dos atletas da Escola de Atletismo de Chaves; -----

Considerando o ofício enviado pela Associação de Atletismo de Vila Real, no dia 26 de abril de 2018, a solicitar apoio através da cedência dos autocarros do Município para o transporte dos atletas às provas de competição, de acordo com o mapa em anexo à presente informação; -

Considerando que ao longo do ano a Escola de Atletismo de Chaves participa em cerca de 14 provas, solicitando a Associação de Atletismo de Vila Real o transporte para apenas 6 provas, sendo que as deslocações são a Vila Real, Mondim de Basto e a Vila Pouca de Aguiar; Considerando que o Município de Chaves ao apoiar a Escola de Atletismo de Chaves no transporte dos atletas incorre na despesa de gasóleo e desgaste dos autocarros e nas horas despendidas ao fim de semana, pelo funcionário afeto ao respetivo serviço, no valor estimado de 700,00€ (IVA incluído); -----

Considerando a necessidade imperativa em apoiar a Escola de Atletismo de Chaves, no transporte dos atletas, a fim de não ficarem privados da participação nas competições, elevando assim o nome da Cidade de Chaves nas localidades onde participa nas provas; -----

Considerando, por fim, que a alínea f) do ponto 2 do art.º 23º do anexo 1 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, determina que os municípios dispõem de atribuições no domínio dos tempos livres e desporto, e que a alínea u) do ponto 1, do art.º 33º da mesma Lei, determina que compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças. -----

II - Proposta -----

Atendendo às razões de fato e de direito acima expostas, sou de submeter à consideração do executivo camarário a seguinte proposta: -

- Que de acordo com a alínea u) do ponto 1, do art.º 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro seja autorizada a utilização das viaturas

municipais (autocarros) para o transporte dos atletas da Escola de Atletismo de Chaves às competições Regionais e Inter-Regionais, de acordo com o calendário em anexo à presente informação, bem como a assunção das despesas referentes ao funcionário afeto ao serviço; ---
- Encaminhamento da presente proposta à próxima reunião de câmara para deliberação. -----

À consideração superior. -----
Chaves, 27 de abril de 2018 -----
O Técnico Superior -----
(Maciel Duque) -----

DESPACHO DA TECNICA SUPERIOR, DRA. LIDIA PINTO, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.04.26. -----

Visto. Concordo. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento. ---
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 27.04.2018 -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. REVISÃO DO VALOR DA RENDA RESPEITANTE AO INQUILINO MOUSSA DIONE. BAIRRO SOCIAL DE VIDAGO. N.º66/SHSDPC N.º31/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2018.04.13. -----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.16-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 2018.04.27-----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS. REQUERENTE: JOAQUIM SOUSA MARTINS - BAIRRO DOS RETORNADOS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º65/SHSDPC N.º30/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2018.04.13. -----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.27-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 2018.04.27-----

À reunião de Câmara-----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

7. REGULAMENTO PARA APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL. ROSA REBELO GOMES INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 67/SHSDPC N.º32-2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2018.04.16. -----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.18-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 2018.04.20 --

À reunião do executivo Municipal para efeitos de deliberação. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

8. REVISÃO DO VALOR DAS RENDAS RESPEITANTE AOS INQUILINOS DO BAIRRO SOCIAL DOS AREGOS. Nº73/SHSDPC N.º35/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2018.04.20. -----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.27-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 2018.04.27-----

À reunião de Câmara-----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

9. REVISÃO DO VALOR DA RENDA RESPEITANTE À INQUILINA MARIA CELESTE FERNANDES GONÇALVES. BAIRRO SOCIAL DE VIDAGO. Nº74/SHSDPC N.º36/2018.

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2018.04.23. -----

Visto. Concordo. A presente cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Marcelo Delgado. -----

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.24-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 2018.04.27-----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - C.A.M.I. - CLUBE AVENTURA DO MINHO. PROPOSTA Nº 29/GAP/18.-----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Justificação-----

A associação "C.A.M.I. - Clube Aventura do Minho", com sede na Avenida das Caldas, Centro Comercial Foto Aliança, Freguesia e Concelho de Monção, pessoa coletiva sem fins lucrativos número 513 112 790, tem por objeto a promoção e a prática de atividades desportivas, nomeadamente:-----

- Organização de provas de competição e a sua divulgação;-----
- Colaboração e facilitação de uma prática regular de atividades desportivas radicais e de aventura;-----

No passado dia 21 e 22 de abril, esta associação organizou uma das provas mais emblemáticas do automobilismo nacional, o evento desportivo "Rali do Alto Tâmega", que há 25 anos não era realizado.- Considerando que, pela especificidade, dimensão e complexidade, o Município de Chaves, não possuía, meios próprio, para levar a efeito esta prova;-----

Considerando o "Know-how" desta associação na organização deste tipo de provas desportivas de competição automóvel, que envolvem uma multiplicidade de valências, as quais resultam no sucesso das iniciativas;-----

Considerando que o apoio financeiro teve em vista a concretização de uma atividade de carácter desportivo geradora de dinâmicas benéficas para a população, pelo seu inquestionável contributo no convívio da população;-----

Considerando, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;-----

Considerando que o protocolo de colaboração a celebrar com a associação, está excluído do âmbito de aplicação do Código dos Contratos Públicos, nos termos das disposições combinadas previstas no referido código nos Artigos 5º e 5º B, sendo, no entanto, sujeitos aos Princípios Gerais da Contratação Pública, previstos no Artigo 1º A do CCP;-----

No cumprimento do Artigo 290º.- A do CCP é designado gestor do contrato, o Chefe de Gabinete do Presidente, Tiago José da Mata Morais Caldas.-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Atendendo às razões expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Que sejam apoiada a associação "C.A.M.I - Clube Aventura do Minho", no valor de 27.000,00 (Vinte e sete Mil Euros); -----

b) Simultaneamente, que seja aprovada a minuta do protocolo de colaboração a celebrar com a associação, conforme documento anexo a esta proposta, devendo ser legitimado o Presidente da Câmara Municipal a outorgar, em representação do Município, o referido documento;-----

c) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;-----

d) A presente proposta tem cobertura orçamental através das rubricas mencionadas no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira.-----

Chaves, 24 de abril de 2018-----

O Presidente da Câmara-----
(Nuno Vaz)-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 7. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 8. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. ALTERAÇÕES A FACHADA DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA E COMÉRCIO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 820/17 - SABELA DANOZ CASTRO - PRAÇA DO BRASIL, ED. S. PAULO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 16.04.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1. Através do requerimento n.º 2119/17, referente ao processo n.º820/17, a Sr.ª Sabela Danoz Castro, na qualidade de proprietária, solicita um pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de alteração¹ de um edifício destinado a habitação e comércio, designadamente, às frações "CG" e "CK", lojas 1 e 5, situado na praça do Brasil, Edf.º São Paulo, freguesia de Santa Maria Maior no concelho de Chaves.-----

1.2. De acordo com as Certidões da Conservatória do Registo Predial apresentadas, as frações autónomas "CG" e "CK", estão descritas na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 387/20070822, da freguesia de Santa Maria Maior. -----

2. ANTECEDENTES-----

2.1. Licença n.º 520/88, para construção de um edifício de habitação coletiva e comércio;-----

2.2. Alvará de utilização n.º 56/90, para edifício de habitação, comércio e/ou serviços;-----

2.3. Certidão de propriedade horizontal (aditamento), emitida em 31 de Março de 1989;-----

2.4. INFORMAÇÃO N.º 133/DAF/FISC/2017, no sentido de adotar as diligências necessárias tendentes à regularização da situação, apresentando, para o efeito, o respetivo projeto de aprovação para a operação urbanística que levou a efeito - obras de alteração do prédio.

3. SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1. O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

¹ «Obras de alteração» as obras de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fracção, designadamente a respectiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou da cércea;-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----
- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal;-----
- Planta de localização e enquadramento à escala 1:10 000;-----
- Planta de localização à escala 1:2 000;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-
- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Seguro de responsabilidade civil dos técnicos;-----
- Declarações dos técnicos, comprovativas de inscrição em associação pública de caráter profissional;-----
- Alçados à escala de 1:500;-----
- Pormenor construtivo à escala de 1:5;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Fotografias;-----
- Desenho de alterações;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de estabilidade;-----

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1. No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1. O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro, por se reportar a um procedimento de legalização de alteração.-----

4.2. Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1. De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 47A, o prédio urbano, está inserido num espaço da Classe 1 - Espaço Urbano e Urbanizável e da Categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

4.2.2- No âmbito da alteração do regulamento do PDM, em fase de discussão pública, publicada em Diário da República, 2.ª Série, n.º 2, de 3 de Janeiro de 2018, a operação urbanística em apreciação, situa-se em área a abranger por novas regras urbanísticas.-----

4.3. Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1. O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO -----

5.1. O requerente pretende a legalização das obras de alteração de um edifício destinado a habitação e comércio. Estas alterações são ao nível da fachada do prédio, designadamente, do revestimento exterior, implicando modificações das características físicas do imóvel.-----

5.2. As alterações no edifício prendem-se, com o revestimento da fachada em *"alumínio de cor branco para as paredes das lojas e alumínio de cor cinza nos pilares e pala da galeria. A placagem de alumínio encontra-se fixa mecanicamente às paredes e pilares do edifício"*. Não há aumento da área bruta de construção, relativamente à edificação preexistente. -----

5.3. Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-03-01, da qual resultou o *"Auto de Vistoria n.º"11/2018"*, que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.4- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação nas

frações, objeto de pedido de legalização das obras de alteração de fachada.-----

5.5. O imóvel que se pretende legalizar as obras de alteração, é uma preexistência, pelo fato de estar devidamente licenciado, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 5 do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

5.6. As frações estão inseridas em edifício de habitação coletiva, comércio e serviços, destinam-se a comércio, pelo que não há alteração ao uso preexistente. -----

5.7. O edifício esta constituído em regime de propriedade horizontal, pelo que é apresentada declaração do condomínio a autorizar a intervenção na fachada do edifício, por se tratar de uma área comum.-

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

7.1- Não há alteração das taxas de infraestruturas urbanísticas.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização, desta operação urbanística correspondem ao valor de 269,25 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 269,25 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado no quadro I (taxas administrativas), do anexo I. -----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1-Considerando, que as obras de alteração de fachada do edifício de habitação coletiva, comércio e serviços, "pecam" por se restringir ao pano de parede correspondente as frações "CG" e "CK".-----

8.2- Considerando, que se trata de uma edificação preexistente de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 5 do Regulamento do Plano Diretor Municipal, sem aumento da área bruta de construção.-

8.3 - Considerando, que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a betuminoso, possui ligação á rede pública de água os esgotos.-----

8.4- Considerando, que o imóvel mantém o uso preexistente, para habitação coletiva, comércio e serviços, que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 7 do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

8.5.- Considerando, que é apresentada autorização do condomínio, para as obras de alteração propostas e a legalizar, as quais, se projetam em área comum do edifício de habitação coletiva, comércio e serviços.-

8.6- Considerando, que as obras de legalização da alteração de fachada do edifício, se situam em área abranger por novas regras urbanísticas, mas que se excluem, da aplicação da suspensão do procedimento previsto no artigo 12.º A do RJUE e artigo 145.º do RJIGT, por motivo de alteração do regulamento do PDM, pelo facto de, o plano vigente e o plano aprovado em sessão da assembleia municipal de 28 de fevereiro do ano corrente e em fase de publicação, determinarem o deferimento do pedido.-----

8.7- Considerando que da vistoria realizada, resultou, não haver necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir

será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.8- Considerando, que se trata de um pedido de legalização das obras de alteração de fachada, propõe-se, que o processo seja encaminhado para a Divisão de Administração e Fiscalização, para os fins tidos por convenientes.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização das frações;-----

c) Caso, a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de alteração das frações "CG" e "CK", a interessada deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º- C, do mesmo preceito regulamentar;-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

- Não há alteração nas taxas de infraestruturas.-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas administrativas-----

(art.º 66 da subsecção IV)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo				
II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
	Secção IV EDIFICAÇÕES			
	Subsecção			
IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará			38,70 €
n.º 14	Alteração das fachadas dos edificios licenciados com a abertura, ampliação, ou fechamento de vãos de e janelas portas ou janelas por m2, acresce ao valor referido em 1., por m2	40,50	5,40 €	218,70 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,85 €	11,85 €
	TOTAL			269,25 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 269,25 € -----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.20. -----

Visto. Concorde. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.04.27. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. ALTERAÇÕES A ALPENDRE E CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM AGRÍCOLA, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 234/02 - DANIEL CARVALHO RODRIGUES - LUGAR DAS VINHAS, FREGUESIA DE MAIROS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 24.08.2016.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 1921/15, em 30-11-2015, referente ao processo n.º 234/02, o Sr.º Daniel Carvalho Rodrigues, na qualidade de cessionário, solicita o licenciamento das alterações às obras de construção tituladas pelo alvará n.º 377/03, num prédio rústico, situado no lugar na freguesia de Paradela de Monforte, inscrito na matriz predial daquela freguesia sob o artigo 1827º e descrito na Conservatória do registo Predial de chaves com o n.º 293/091194.-----

1.2-Sob o requerimento supra referido, o interessado solicita o averbamento do processo registado com o n.º 234/02, o qual culminou com a emissão da Licença de obras n.º 377/03, emitida em nome de Alberto Aires Carvalho, em 18 de Setembro de 2003, para o actual beneficiário do Contrato de Comodato Rural, - Daniel Carvalho Rodrigues, o qual foi objecto de apreciação na INFORMAÇÃO N.º 894/SCOU/2016.-----

1.3-Sob o requerimento registado com o n.º 449/16, o interessado apresenta os seguintes elementos:-----

-Declaração de responsabilidade a que se refere o Anexo III do RJUE.-

-Termo de responsabilidade da coordenadora dos projectos.-----

1.4-No seguimento do despacho datado de 14-04-2016 do Chefe de Divisão de Gestão e Ordenamento do Território, do Sr.º Eng.º João Geraldês, o qual recaiu sobre a INFORMAÇÃO N.º 356/SCOU/2016, o interessado apresenta os seguintes elementos:-----

-Projeto de Estabilidade e de Águas Pluviais, acompanhados dos respectivos termos de responsabilidade, do elemento a que se refere o n.º 3 do artigo 10º do RJUE e do seguro de responsabilidade civil, emitida pela AXA Portugal - Companhia de Seguros, S.A. cuja apólice possui o n.º 84/119310/07.-----

-Ficha electrotécnica.-----

-Plano de Segurança e Saúde.-----

-Livro de obra, para efeito de abertura e autenticação pelos serviços administrativos.-----

-Termo de responsabilidade da Eng.ª Maria Glória Guerreiro Condez, em como se responsabiliza pela direcção técnica das obras pretendidas pelo requerente.-----

-Declaração da Companhia de Seguros Açoreana, S.A, datada de 17-05-2016 informando que o segurado, Antunes Fernandes & Gomes, Lda, detém naquela seguradora, um seguro de Acidentes de Trabalho - Riscos Traumatológicos, para o pessoal que emprega, no Continente e Regiões Autónomas, cuja apólice possui o n.º 10-355772.-----

-Documento comprovativo em como o do alvará de construção N° 56946, foi emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, em nome da firma Antunes Fernandes & Gomes, Lda.-----

2-INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

O processo está instruído com os seguintes elementos:-----

- Fotocópia da Certidão da CRPC do prédio rústico supra referido;----
- Contrato de Comodato Rural, entre os proprietários do referido prédio rústico: Adriano Vieira Rodrigues e a esposa, Isabel da Conceição Aires Carvalho Rodrigues e cessionário, Daniel Carvalho Rodrigues;---
- Fotocópia do Alvará de Construção n° 377/03;-----
- Termo de responsabilidade, subscrito pelo Eng° Técnico Civil, Manuel José Esteves Alves, para efeito do disposto no n° 11 do artigo 13° do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, declarando que o levantamento topográfico relativo à presente operação urbanística, se encontra de acordo com os elementos cadastrais presentes no local, acompanhado do elemento a que se refere o n° 3 do artigo 10° do RJUE;
- Planta Topográfica à escala 1/500;-----
- Termo de Responsabilidade subscrito pela autora do projecto de arquitectura, Arqtª Natália Carriço Ferreira, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor, acompanhado do elemento a que se refere o n° 3 do artigo 10° do RJUE, da fotocópia do Cartão de Cidadão e do seguro de responsabilidade civil (Apólice n° 202238274, emitida pela seguradora, Allianz;-----
- Memória Descritiva e Justificativa;-----
- Calendarização por 30 dias;-----
- Estimativa orçamental;-----
- Planta de Localização à escala 1/10 000;-----
- Fotografia do Alçado Lateral Esquerdo;-----
- Plantas de Ordenamento e de Condicionantes à escala 1/10 000;-----
- Planta ao nível do R/C (Existente), à escala 1/100;-----
- Alçados (Existentes) à escala 1/100;-----
- Alçado Principal (Existente), à escala 1/100;-----
- Cortes (Existente), à escala 1/100;-----
- Planta do proposto, à escala 1/100;-----
- Alçados Laterais (Esquerdo e Direito), do proposto, à escala 1/100;--
- Alçado Principal proposto, á escala 1/100;-----
- Cortes do proposto, à escala 1/100;-----
- Planta (Vermelhos e Amarelos), à escala 1/100;-----
- Alçados Laterais (Vermelhos e Amarelos), à escala 1/100;-----
- Alçado Principal (Vermelhos e amarelos), à escala 1/100;-----
- Cortes (Vermelhos e Amarelos), à escala 1/100;-----
- Planta de Contrastes entre o licenciado e o existente no local, à escala 1/100.-----
- CD.-----
- Declaração de responsabilidade a que se refere o Anexo III do RJUE.-
- Termo de responsabilidade da coordenadora dos projectos;-----
- Elementos apresentados sob os requerimentos n° 449/16 e n° 929/16.--

3-ANTECEDENTES-----

O presente processo administrativo registado com o n° 234/02, possui o seguinte antecedente:-----

- Alvará de obras de construção n° 377/03, emitido em 18-09-2003, para edificação de Alpendre, promovido pelo Sr° Alberto Aires Carvalho, no prédio rústico, situado no lugar na freguesia de Paradela de Monforte, inscrito na matriz predial daquela freguesia sob o artigo 1827° e descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves com o n° 293/091194.-----

4-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102º-A, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9, adiante designado RJUE.-----

4.2-Nas Disposições do Plano Diretor Municipal-----

O prédio urbano, inscrito na matriz predial da freguesia de Paradela de Monforte sob o artigo 1827º e descrito na CRPC com o nº 293/091194, tem a área de 2 625 m2.-----

De acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio rústico esta inserido no espaço da classe 4 (Espaços Agrícolas e Florestais), na Categoria 4.3 (Espaços Agro-Florestais), Sub-Categoria 4.3.A (Espaços Agro-Florestais Comuns).-----

Consultadas as plantas de condicionantes do PDM, conclui-se que sobre o terreno, objecto de intervenção, não impende qualquer servidão e/ou restrição de utilidade pública.-----

5- CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

Da análise do projecto de arquitectura apresentado constata-se que:--

5.1-Não é solicitada a legalização do Armazém Agrícola existente e contíguo ao Alpendre construído sob o alvará de obras nº 377/03.-----

5.2-Apenas é solicitado o licenciamento das alterações às obras de construção tituladas pelo alvará nº 377/03, com a construção das paredes exteriores no alçado principal e nos alçados laterais e colocação de serralharias e pavimentos.-----

5.3-As peças desenhadas apresentadas não se encontram elaboradas de acordo com as regras mencionadas no artigo 15º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação - o Armazém Agrícola, construído sem controlo prévio deveria estar representado á cor azul.-----

5.4- O projecto apresentado ora menciona a utilização do imóvel inicialmente construído sob a licença nº 377/03, para apoio á Actividade Agrícola, ora menciona o uso de uma instalação agro-pecuária, sem referir a espécie animal a ocupar o imóvel.-----

5.5-De acordo com o disposto no nº 6º do artigo 73º -C do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, foi realizada uma vistoria ao imóvel em 10-03-2016, da qual resultou o Auto de Vistoria Nº 33, que se anexa à presente informação técnica para todos os efeitos legais.-----

5.6-Da vistoria realizada e da apreciação do projecto de arquitectura apresentado, concluiu-se haver necessidade de se realizarem obras de alteração ao imóvel, construído sob o alvará nº 377/03, sendo a legalização do Armazém Agrícola, construído sem controle prévio e o licenciamento das obras de alteração no imóvel construído sob o alvará nº 377/03, tituladas por licença especial de legalização, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 73º -C do RMUE.-----

6-RESPONSABILIDADE-----

O projecto de arquitectura, da autoria da Arqtª Natália Carrico Ferreira, encontra-se acompanhado com o respectivo termo de responsabilidade quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor, do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJUE e do seguro de responsabilidade civil.-----

² Artigo 73º C - Procedimento de legalização de operação urbanística-----

6-O Procedimento de legalização é sempre precedido de vistoria municipal, realizada pela comissão municipal responsável.-----

7-Do ato que determinar a realização da vistoria, é notificado o proprietário do imóvel, mediante carta registada expedida com , pelo menos, 8 dias de antecedência, relativamente à data da sua concretização. -----

Os projectos de especialidades da autoria da Eng^a Maria Glória Guerreiro Condez, encontram-se acompanhados com os respectivos termos de responsabilidade quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor, do elemento a que se refere o n.º 3 do artigo 10.º do RJU e do seguro de responsabilidade civil.-----

7-CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1-Considerando que o pedido se encontra instruído com os elementos mencionados no n.º 15 e n.º 16 da Portaria n.º 113/2015, de 22/4, apenas referente ao pedido de licenciamento das alterações às obras tituladas pelo alvará n.º 377/03;-----

7.2-Considerando que o pedido não solicita a legalização do Armazém Agrícola existente, contíguo ao Alpendre construído sob o alvará de obras n.º 377/03;-----

7.3-Considerando que apenas é solicitado o licenciamento das alterações às obras de construção tituladas pelo alvará n.º 377/03, com a construção das paredes exteriores no alçado principal e nos alçados laterais e colocação de serralharias e pavimentos.-----

7.4-Considerando que é necessário especificar de forma inequívoca a utilização do imóvel inicialmente construído sob a licença n.º 377/03 - Apoio à Actividade Agrícola ou Instalação Agro-Pecuária, devendo ser referida a espécie animal a ocupar o imóvel.-----

8-PROPOSTA DE DECISÃO-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e no Regulamento Municipal da Urbanização e da edificação, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

8.1-Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se que seja praticada deliberação pelo Executivo consubstanciada na intenção de indeferir o pedido de legalização das obras de alteração às tituladas pelo alvará de obras n.º 377/03, formulado pelo requerimento registado com o n.º 1921/15, completado pelos requerimentos n.º 449/16 e n.º 929/16, nos termos do disposto no artigo 20.º e artigo 102.º -A, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/9 e no artigo 73.º - C do RMUE.-----

8.2-De acordo com o disposto nos artigos 121.º³ e 122.º⁴ do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de

³ Artigo 121.º - Direito de Audiência Prévia-----

1-Sem prejuízo do disposto no artigo 124.º, os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta.-----

2-No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.-----

3-A realização da audiência suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos.-----

⁴ Artigo 122.º - Notificação para a audiência-----

1-Para efeito do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direcção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.-

2-A notificação fornece o projecto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspectos

7/1, deve ser dada ao interessado o prazo de 10 dias para, em audiência prévia vir a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.18. -----

Até à presente data, o presente processo administrativo não teve qualquer impulso procedimental, sendo certo que a informação praticada, sobre a matéria, encontra-se datada do pretérito dia 24 de agosto 2016. Neste contexto, partindo do enquadramento técnico preconizado na retrocitada informação técnica, tomo a liberdade de sugerir o agendamento deste assunto, para a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, em vista a que seja proferida deliberação no sentido de: -----

a) Ser manifestada a intenção de indeferir o pedido de legalização da operação urbanística, em causa; -----

b) Ser devidamente notificado o interessado, para, no prazo máximo de 10 dias úteis, poder vir ao processo, e por escrito, dizer o que se lhe oferecer, sobre o assunto, nos termos gerais do CPA. (Audiência dos Interessados). -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.04.27. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. ALTERAÇÕES A HABITAÇÃO E ANEXOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 761/17 - ROBERTO FERNANDEZ DELGADO - RUA MANUEL JOAQUIM PEREIRA, FREGUESIA DE VIDAGO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 19.04.2018.

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Antecedentes -----

O requerente possui alvará de licença de obras n.º225/84 referente a uma habitação de r/c e andar, sendo o titular Altina Rosa Fernandes, sita na Rua Manuel Joaquim Pereira, em Vidago. -----

Através do requerimento n.º 1964/17 o requerente vem solicitar a legalização de alterações a uma habitação e anexos, sita na Rua Manuel Joaquim Pereira-Vidago, União das Freguesias Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras, em Chaves. -----

Face ao solicitado, pela requerente, e de acordo com o preceituado no n.º6 do artigo 73-C do RMUE, pelo que o processo em causa foi à Comissão de Vistorias, a qual procedeu à realização da Vistoria Municipal, em conformidade com o plasmado no n.º8 do artigo 73-C conjugado com os números 6,7 e 9 por forma a legalizar a edificação existente desde 1974, conforme auto n.º 166 de 30/11/2017, o **qual se remeteu cópia ao requerente.**-----

relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.-----

3-No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no numero anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via electrónica.-

Através do requerimento n.º 293/18, vem apresentar as especialidades solicitadas através da informação técnica de 03/01/2018. No entanto, não dá cabal ao solicitado no auto de vistoria n.º 166 de 30 de Novembro de 2017, no qual é referido no seu ponto n.º3, que não dá cumprimento ao artigo 15 do RMUE, pelo que foi dado o prazo de 10 dias para vir a processo sob pena de rejeição liminar do pedido. -----

II - Pretensão -----

A pretensão incide sobre um pedido de Legalização das obras numa habitação, sita na Rua Manuel Joaquim Pereira-Vidago. -----

III- Enquadramento Urbanístico -----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável -----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 761/17 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.2- Vila de Vidago. -----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação -----

O processo n.º 761/17 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE), ---

IV - Análise Processual -----

O pedido formulado através do requerimento n.º 1964/17 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RMUE. -----

Através do requerimento n.º730/18, vem novamente o requerente apresentar elementos, nomeadamente os termos de responsabilidade, fichas de áreas, recibo de pagamento de água e luz, mas não apresenta o projeto de arquitetura com o cumprimento do artigo 15 do RMUE solicitado na informação técnica de 09/02/2018. -----

"Artigo 15.º Desenhos de alteração -----

Nos projetos que envolvam alterações deveram ser apresentados os seguintes elementos mínimos: -----

- a) *Desenhos representativos da situação existente;* -----
- b) *Desenhos representativos das alterações pretendidas, com as seguintes regras:* -----
 - i) *A preto - os elementos a conservar;* -----
 - ii) *A vermelho - os elementos a construir;*-----
 - iii) *A amarelo - os elementos a demolir;* -----
 - iv) *A azul - os elementos a legalizar;* -----
 - v) *Desenhos com a situação final proposta."* -----

V - Da Proposta em Sentido estrito -----

Pelo exposto, e dado que o requerente não deu cabal cumprimento ao solicitado pela informação técnica de 09/02/2018, julgo salvo melhor opinião deixar à consideração superior de: -----

1- Propor o indeferimento da legalização das alterações na habitação e anexos, solicitado pelo requerente através do requerimento n.º 1964/17; -----

2- De acordo com o articulado nos artigos 121.º e 122.º, do CPA, a que se refere a audiência dos interessados, deverá o requerente para o efeito, ser notificado para vir ao processo, por escrito, no prazo de dez dias, dizer o que se lhe oferecer, sobre o assunto. -----

3- Caso o requerente não venha a processo, no prazo estipulado, deverá ser formalmente indeferido o pedido do requerente nos termos do CPA.- À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. Para o efeito, sugere-se que este assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.04.27. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ N.º 3/2005, PEDIDO DE ALTERAÇÃO - PROCESSO N.º 8/02 - JUAN MANUEL SUAREZ FEIJOO - RIBEIRA DAS AVELÃS, FREGUESIA DE VILAR DE NANTES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 18.04.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução -----

O requerente acima referido, na qualidade de proprietário de todos os lotes - 1 a 9 - representado pelo seu procurador legal, solicitou através de requerimento n.º1990/17, referente ao processo n.º 8/02, pedido de alteração à licença do loteamento titulado pelo Alvará n.º 3/2005, sito no lugar da Ribeira das Avelãs, freguesia de Vilar de Nantes em Chaves;-----

2. Enquadramento Legal-----

2.1. No regime jurídico consagrado no DL 136/14 de 09/09-----

O pedido do interessado enquadra-se numa alteração à licença, nos precisos termos do descrito no artigo 27.º do supra referido diploma legal;-----

2.2. Nos instrumentos de Planeamento em vigor-----

2.2.1. Em 26 de janeiro de 2018 deu entrada uma exposição no sentido de requerer que, ao abrigo do n.º5, do artigo 145.º, do RJIGT, fosse levantada a suspensão do procedimento supra referido, ficando a aprovação final, condicionada à entrada em vigor das futuras regras urbanísticas que conformam tal pretensão urbanística;-----

2.2.2. No dia de hoje, 18 de abril de 2018, foi publicado em Diário da República, 2ª série, através de Aviso n.º5233/2018, a Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves;----

3. Análise da pretensão-----

3.1. Com o presente pedido, o requerente pretende levar a efeito o 1.º aditamento às especificações do loteamento com alvará n.º 3/2005 na Ribeira das Avelãs, freguesia de Vilar de Nantes, o qual se projeta na alteração do número de lotes, passando de 9 para 4, mantendo inalterados os parâmetros referentes às áreas cedidas ao domínio público, nomeadamente arruamento, passeios e percursos pedonais;----

3.2. A diminuição dos lotes, de 9 para 4, é feita através da transferência das áreas entre eles, passando a existir os lotes 1,3, 5 e 7 com as seguintes áreas:-----

- Lote 1- Área de 617,20m²-----
Aumento da área do lote em 270,00m², provenientes do extinto lote 2--

- Lote 3 - Área de 592,00m²-----
Aumento da área do lote em 301,50m², provenientes do extinto lote 4--

- Lote 5 - Área de 590,30m²-----
Aumento da área do lote em 266,00m², provenientes do extinto lote 6--

- Lote 7 - Área de 877,20m²-----
Aumento da área do lote em 609,80m², provenientes dos extintos lotes 8 e 9-----

3.3. São também alterados todos os parâmetros urbanísticos de todos os lotes, tais como áreas de implantação, de construção, número de pisos acima e abaixo da cota de soleira, e áreas máximas de construção e implantação;-----

3.4. No que se refere ao índice de construção e de implantação mantêm-se inalterados;-----

3.5. Em relação às áreas de cedência ao domínio público, as mesmas também se mantêm inalteradas, não havendo lugar ao pagamento de qualquer compensação, porque todos os valores que lhe servem de referência para o seu cálculo (área do terreno e área bruta de construção) também não sofrem qualquer alteração;-----

4. Considerações do Parecer -----

4.1. O pedido de alteração às especificações à operação de loteamento com alvará n.º 3/2005 na Ribeira das Avelãs, freguesia de Vilar de Nantes - 1.º aditamento - foi proposto para aprovação, por simples deliberação da câmara municipal de 05 de abril de 2018, com dispensa de quaisquer formalidades, conforme preceituado no n.º8 do artigo 27.º do DL 136/2014 de 09/09, condicionada à entrada em vigor da alteração ao Regulamento do PDM.-----

4.2. Considerando que no dia de hoje, 18 de abril de 2018, foi publicado em Diário da República, 2ª série, através de Aviso n.º5233/2018, a Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves;-----

4.3. Considerando que são respeitados todos os parâmetros urbanísticos pelo que não há nada a opor à aprovação da alteração da operação de loteamento em análise;-----

5. Proposta de decisão-----

5.1. Face ao descrito, sou a propor que seja adotada a deliberação no sentido de **deferir** o 1º pedido de alterações à licença, solicitado nos termos do artigo 27º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14 de 09/09;-----

5.2. Neste contexto, de acordo com o disposto no nº 1, do artigo 76º, do DL nº 555/99 de 16/12, e ulteriores alterações, o requerente dispõe do prazo de um ano para requerer formalmente a emissão do 1.º aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 3/2005, sob pena de caducidade desta deliberação, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71.º do citado diploma legal, devendo para o efeito instruir o seu pedido com os elementos mencionados no n.º 1, do artigo 2.º, da Portaria n.º 216-E/2008 de 03/03, designadamente:-----

- Planta de síntese da operação de loteamento em base transparente (5 exemplares)-----

- Descrição pormenorizada dos lotes com indicação dos artigos matriciais de proveniência (Fichas dos lotes);-----

- Atualização das certidões da conservatória do registo predial anteriormente entregues, no caso de estas não se encontrarem válidas. Mais se informa que pela emissão do aditamento ao alvará deverão ser liquidadas as correspondentes taxas previstas pelo artigo 117.º, do Decreto-Lei n.º 136/14 de 09/09/2014, as quais se encontram estabelecidas no Regulamento Municipal de liquidação e cobrança de taxas devidas pela realização de operações urbanísticas;-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.26. -----

Visto. Concordo com o teor da presente informação, a qual merece o meu acolhimento. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.04.27. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. CONSTRUÇÃO DE MARQUISE E ANEXO À HABITAÇÃO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 1020/99 - AGOSTINHO ARMINDO PENSO LÁZARO - RUA DA TRIGUEIRICE, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 23.04.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Antecedentes-----

O Sr. Agostinho Armino Penso Lazaro possui licença de obras referente a uma habitação n.º 193/2000 para construção de uma habitação de r/c com área de 145,35 m2 e andar com 57,25 m2, sendo a área global de 202,60 m2, sita na Rua da Trigueirice, Casas dos Montes, em Chaves.--

II - Introdução-----

Através do requerimento n.º 1813/17 o requerente vem solicitar a legalização de um anexo e marquise da habitação, sita na Rua da Trigueirice n.º 14- Casas dos Montes, Freguesias de Santa Maria Maior, em Chaves.-----

Face ao solicitado, pela requerente, e de acordo com o preceituado no n.º6 do artigo 73-C do RMUE, pelo que o processo em causa foi à Comissão de Vistorias, a qual procedeu à realização da Vistoria Municipal, em conformidade com o plasmado no n.º8 do artigo 73-C conjugado com os números 6,7 e 9 por forma a legalizar a edificação existente desde 1974, conforme auto n.º 173 de 20/12/2017, o **qual se deverá dar cópia ao requerente.**-----

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

3.1.1- De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 1020/99 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.1- Cidade de Chaves. -----

3.1.2- Alteração e Republicação do Regulamento do PDM de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018.-----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 1020/99 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE), ---

IV - Descrição da Intervenção

O requerente através do requerimento n.º1813/17, 127/18 e 249/18, apresenta pedido a legalização de um anexo(área de 49,00 m2) e marquise (área de 20,00 m2) da habitação,-----

A matriz urbana, refere artigo 2013 e registo da conservatória sob o n.º 2987/20091111 com a seguinte descrição:-----

Área total = 415,0 m2-----

Área de Implantação =144,00 m2-----

Área bruta de construção =271,00 m2-----

Possui certidão de propriedade horizontal referente à constituição do edifício em 4 frações, sendo 3 delas do requerente (fração B, C, e D), com respectivas certidões de registo predial apenas ao processo.-----
Face à memória descritiva e justificativa apresentada e que consta em anexo, é referido:-----

►Que a edificação foi reconstruída em 3 frações (Fração B, C, e D), isto é, as três frações estão unidas dando origem apenas a uma fração;

►A intervenção baseia-se na legalização da marquise e anexo, sem qualquer tipo de obras a levar a efeito, tanto a nível de interiores como exteriores;-----

►Que a edificação da construção existente está dentro do perímetro de construção de Chaves;-----

V - Análise Processual-----

O pedido formulado através do requerimento n.º1813/17, encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RMUE.-----

De acordo com o referido na memória descritiva e justificativa, trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RRMUE, nem de aumento de área de construção.-----

Mais informa que não se prevê quaisquer obras, a legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015 de 22 de Abril. O procedimento de legalização da edificação é precedida de **Vistoria Municipal**, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C.---

Através do requerimento 127/18 e 249/18, vem o requerente apresentar elementos solicitados verbalmente pela comissão de vistorias.-----

Da realização da referida Vistoria foi lavrado o respetivo auto de vistoria n.º 173 (que consta anexo ao processo), que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriamente o procedimento de legalização.-----

No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis. -----

A edificação existente e licenciada possui uma área de 202,60 m2. A área a legalizar refere-se ao anexo de área de 49,0 m2 e marquise com área de 20,00 m2, perfazendo na totalidade uma área bruta de construção de 271,60 m2.-----

Pelo exposto, verifica-se que a legalização dos anexos **cumpr o índice proposto para o local**, dado que possui área máxima de construção admissível, pelo cumprimento do índice de construção permitido pelo artigo 19 da alteração ao regulamento do PDM, $I_c=0,5 \text{ m}^2/\text{m}^2$ ($271,60 \text{ m}^2 > 207,50 \text{ m}^2$). -----

Os parâmetros urbanísticos de edificabilidade devem obedecer às disposições constantes na alteração ao regulamento do PDM publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018. Assim, no artigo 19 do retrocitado diploma legal, refere que:-----

Artigo 19.º Regras de edificabilidade-----

1 - A edificabilidade em lotes ou parcelas constituídos ao abrigo de projetos de ordenamento urbanístico ou operações de loteamento

plenamente eficazes rege-se pela disciplina instituída por estes instrumentos.-----

2 - A edificabilidade em parcelas não submetidas à disciplina dos instrumentos urbanísticos referidos no número anterior fica sujeita às seguintes regras:-----

a) A edificabilidade de um dado prédio, dada pela área bruta de construção, é função do cumprimento da moda da cércea e dos alinhamentos e recuos dominantes existentes e a manter na frente urbana em que se insere o prédio tal como é disposto no artigo 26.º, considerando-se como:-----

i) Moda da cércea - a cércea que apresenta maior extensão ao longo de uma frente urbana;-----

ii) Frente urbana - superfície, em projeção vertical, definida pelo conjunto das fachadas dos edifícios confinantes com uma dada via pública e compreendida entre duas vias ou espaços públicos sucessivos que nela concorrem;-----

al) Nas situações em que não seja possível definir uma moda da cércea ou um alinhamento dominante, a edificabilidade é condicionada pelos seguintes parâmetros:-----

i) Categoria 1.1 - cidade de Chaves:-----

Ic (igual ou menor que) 1,2 m²/m²;-----

Cércea máxima (igual ou menor que) 20 m;-----

Número máximo de pisos (igual ou menor que) 6;-----

Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que :-----

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----

►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE, RGEU e demais legislação em vigor. -----

►As obras a legalizar, é uma marquise e anexo com área de ampliação de 69,00 m². -----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação cumprem a alteração ao regulamento do PDM publicada em Diário da República, 2.ª Série, N.º 76, através do Aviso n.º 5233/2018, em 18/04/2018. -----

VI - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente- obras de ampliação - anexo e marquise- (L.O. n.º 193/2000).-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da operação urbanística, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que no do título/autorização de utilização com menção expressa que a Legalização das obras na habitação foi sujeita ao procedimento de legalização, ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

VII - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respetivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental.-----

Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)

QUADRO III				
		s/n	C/m ²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Granito (calçada a cubos)	5	0,22	1,10
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,10	0,00
	- Betão	0	0,22	0,00
Passeios				
REDE DE ÁGUA		1	0,27	0,27
REDE DE ESGOTOS		1	0,38	0,38
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	0,52	0,00

C - custo das obras existentes na via pública	1,75	
A - área bruta da obra a realizar	69,00	m ²

Anexos, garagens e obras similares em terrenos onde já se encontre construído edifício de habitação coletiva

- n.º 2 do artigo 25.º

T = C x A	T = 120,75	€
-----------	------------	---

VIII - Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização---

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RRMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 54º	Apreciação de Autorização de Utilização			
nº1	Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral)	1	56,20 €	56,20 €
n.º2	Acresce para habitação, por fogo	1	6,70 €	6,70 €
n.º3	Acresce por unidade de arrumos	1	3,30 €	3,30 €
	TOTAL-1			66,20 €
SECÇÃO V	VISTORIAS			

ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º 1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	54,00 €	54,00 €
n.º 2	Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação:			
b)	Habitação multifamiliar, por cada unidade de ocupação ou fracção	1	11,85 €	11,85 €
j)	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento	1	54,00 €	54,00 €
	TOTAL-2			119,85 €
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no número 1	1	10,80 €	10,80 €
n.º 6	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento, sendo construções autónomas contíguas, ou inseridas, ou não, em processos referentes a edifícios identificados supra, acrescem, por unidade de ocupação, aos valores fixados nos números anteriores	1	2,65 €	2,65 €
	TOTAL-3			41,55 €

TOTAL-1			66,20 €
TOTAL-2			119,85 €
TOTAL-3			41,55 €
VALOR GLOBAL			227,60 €

Taxa de infraestruturas urbanísticas	120,75 €
Taxas administrativas	227,60 €
Valor global da liquidação de taxas	348,35 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.26. -----
Visto. Concordo com o teor da presente informação, a qual merece o meu inteiro acolhimento. À consideração superior. -----
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.04.27. -----
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 561/17 - JOSÉ JOAQUIM FERNANDES PIRES - RUA FERNÃO GRALHO, N.º 17, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA. SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 18.04.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1 - INTRODUÇÃO-----

1.1- Através dos requerimentos n.º 1434/17 e 612/18, referente ao processo n.º 561/17, o Sr.º José Joaquim Fernandes Pires, na qualidade de proprietário, e representado pelo seu procurador, Sr.º Serafim Armando Fontes Pires, solicita, um pedido de aprovação de projeto de alterações de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada na legalização das obras de ampliação⁵ de uma habitação unifamiliar (lic.ª inicial n.º 406/81), situada na rua Fernão Gralho, n.º17, freguesia de Santa Maria Maior no concelho de Chaves.-----

1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total 325,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 4927 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2480/20090804, da freguesia de Santa Maria Maior.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Licença n.º 406/81, para construção de uma habitação unifamiliar de r/chão e andar com a área de 231,34 m²".-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), por se tratar de uma legalização, designadamente:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio; -----

- Extrato da planta de ordenamento e de condicionantes, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----

- Planta de localização e enquadramento à escala 1:10 000;-----

- Planta de localização à escala 1:5 000;-----

- Memória descritiva e justificativa;-----

-Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, coordenador de projeto e dos projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-

- Comprovativo de inscrição dos técnicos em associação pública de caráter profissional;-----

- Declaração de seguro de responsabilidade civil profissional dos técnicos;-----

- Declaração de compatibilidade entre papel e formato digital;-----

- Ficha de elementos estatísticos;-----

- Ficha de medição;-----

- Fotografias;-----

⁵ «Obras de ampliação» as obras de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cerca ou do volume de uma edificação existente;-----

- Declaração do topógrafo;-----
- Levantamento topográfico à escala 1:200;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1: 100;-----
- Planta de arranjos exteriores;-----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100;-----
- Corte transversal e longitudinal à escala de 1:100;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Desenhos de alteração;-----
- Termo de responsabilidade de isenção do plano de acessibilidades;--
- Termo de responsabilidade do projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de águas pluviais;-----
- Termo de responsabilidade do projeto de estabilidade;-----
- Termo de responsabilidade do projeto acústico;-----
- Termo de responsabilidade de isenção do projeto térmico; -----
- Termo de responsabilidade do projeto de arranjos exteriores;-----
- Ficha de Segurança Contra Incêndio;-----
- Fatura de energia elétrica;-----
- Fatura do telefone;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), por se reportar à legalização das obras de ampliação de uma habitação unifamiliar e anexos.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o lote de terreno está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- O requerente pretende a legalização da ampliação de uma habitação unifamiliar de r/chão e andar, com a área bruta de construção de 336,50 m². -----

5.2-A habitação unifamiliar que pretende legalizar as obras de ampliação, é uma preexistência, pelo facto de estarem devidamente licenciado, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 5, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018.-----

5.3- A construção respeita os afastamentos existentes na envolvente imediata, os alinhamentos à via pública com a qual confronta e o índice de utilização do solo, ao propor um índice de 1,03 m²/m².-----

5.4- As obras de ampliação da habitação unifamiliar a legalizar, respeitam os artigos 18.º e 19.º, da alteração e republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018.-----

5.5- Face ao uso pretendido para o imóvel, destinado a habitação unifamiliar, há a referir que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os

espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

5.6 - Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao imóvel em 2018-03-15, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º 15/2018", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido.-----

5.7 - Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação na habitação unifamiliar, objeto de pedido de legalização das obras de ampliação, pese embora, fosse comunicado ao requerente a necessidade de criar uma antecâmara, de forma a não haver comunicação direta da instalação sanitária com a sala de estar.-----

5.8- O requerente apresenta sob requerimento n.º 612/18, datado de 26/03/2018, fotografias elucidativas de ter criado uma antecâmara, de forma a não haver comunicação direta da instalação sanitária com a sala de estar.-----

5.9 - A operação urbanística, que se pretende legalizar, integra-se com naturalidade na envolvente, possui boas condições de habitabilidade, sendo certo, que se trata de uma construção dos anos 80, que mantém as características da década em que foi construída. Não põe em causa a criação de rede viária estruturante, nem comporta sobrecarga excessiva nos sistemas e redes, pelo facto de se manter a tipologia existente.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1-O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto, do autor dos projetos de especialidades, cujos teores se mostram adequados;-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

7.1-De acordo com o n.º 3, do artigo 25.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 136,71 euros.-----

7.2-As taxas administrativas, previstas no artigo 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 126,20 euros.-----

7.3-O valor total das taxas a liquidar é assim de 262,91 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas), do anexo I.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que a proposta apresentada, cumpre o disposto na alínea a1) do ponto i) do artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, pelo facto de: a área bruta de construção proposta, respeitar o índice de construção do local que é de 1,20 m²/m² aplicado à área da parcela, a altura da edificação não ultrapassar 20 metros e o número de pisos ser inferior a 6.-----

8.2- Considerando que as obras a legalizar respeitam os artigos 18.º e 19.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República, 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018.-----

8.3 - Considerando que a edificação é servida por arruamento público, pavimentado a betuminoso, possui ligação á rede pública de água e esgotos.-----

8.4- Considerando que o imóvel mantém o uso preexistente, para habitação unifamiliar, que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 7, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal, onde dispõe que, os espaços de classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista;-----

8.5- Considerando que da vistoria realizada, resultou, não haver necessidade de obras de correção e/ou adaptação, o título a emitir será o Alvará de autorização de utilização, conforme previsto no n.º 3 do artigo 73.º-C do RMUE.-----

8.6- Considerando, que a operação urbanística em análise, consubstancia, a isenção do cumprimento das regras relativas às acessibilidades, aos requisitos térmicos, ou seja, a dispensa de cumprimento de normas técnicas de construção, pelo facto de se tratar de um edifício construído antes destas exigências (1981). Neste contexto, mesmo que o edifício tivesse sido ampliado legalmente, sempre existiria sem estas exigências.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigo 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no artigo 102-A.º do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel;-----

c) Caso a Câmara Municipal, delibere deferir, o presente pedido de legalização das obras de ampliação da habitação unifamiliar, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar.-----

À consideração superior-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²) - aumento de área de 105,16 m²-----

QUADRO I-----

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)-----

QUADRO II				
		s/n	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	0	0,26	0,00
	- Betão betuminoso	1	0,16	0,16
	- Granito (calçada a cubos)	0	0,22	0,00
	- Granito (calçada à portuguesa)	0	0,10	0,00

	- Betão	0	0,22	0,00
REDE DE ÁGUA		1	0,26	0,26
REDE DE ESGOTOS		1	0,37	0,37
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1	0,51	0,51

C - custo das obras existentes na via pública	1,30	
A - área bruta da obra a realizar (ampliação)	105,16	m²

Ampliações de moradias unifamiliares existentes, desde que a área bruta de construção seja superior a 20 m²

- n.º 3 do artigo 25.º

T = C x A	T =	136,71	€
-----------	-----	--------	---

- Cálculo das taxas administrativas

(art.º 66 da subsecção IV)

Descrição	Taxa	Valor
Capítulo II EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO		
Secção IV EDIFICAÇÕES		
Subsecção IV EMISSÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)		
Artigo 66.º Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação		
n.º 17 Emissão de aditamento ao alvará		38,70 €
n.º 2 Para habitação unifamiliar por fogo		
a) Até 250 m²	1	75,65€ 75,65 €
n.º 16 Prazo de execução da obra, por cada mês	1	11,85€ 11,85 €
TOTAL		126,20 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 136,71 € + 126,20 € = 262,91 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.26. -----

Visto. Concordo com o teor da presente informação, merecendo a mesma o meu acolhimento. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.04.27. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. CONSTRUÇÃO DE DOIS EDIFÍCIOS COMERCIAIS (BRICOMARCHÉ E ROADY), PEDIDO DE APROVAÇÃO - PROCESSO N.º 805/17 - ALCAPREDIAL - INVESTIMENTO E IMOBILIÁRIO, S.A. - LUGAR DE QUINTELA/ALTO DA BANDEIRA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 24.04.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 532/18, referente ao processo n.º 805/17, a empresa "ALCAPREDIAL- INVESTIMENTO E IMOBILIÁRIO, SA", na qualidade de promitente compradora, apresenta elementos, relativos a

um pedido de licenciamento, visando a aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada em obras de construção⁶, de um conjunto comercial (comércio e serviços), designado de "*Bricomarché e Roady*", situado num prédio localizado no lugar de Quintela /Alto da Bandeira, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, no concelho de Chaves.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Em 08/08/2017, foi elaborada uma nota técnica conjunta, da Divisão de Projetos e Mobilidade (DPM) e da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território (DGOT), sobre as acessibilidades viárias envolventes (existentes e propostas), bem como ao enquadramento urbanístico e paisagístico.-----

2.2- Em 11/08/2017, foi elaborado auto de diligência, da reunião havida com o Sr.º Eng.º João Geraldês (Chefe da DGOT), Sr.ª Arq.ª Ana Isabel Augusto (Técnica superior da DGOT), Sr.º Eng.º Abel Peixoto (Chefe da DPM) e o Sr.º Arq.º Filipe Dias (Representante do Grupo "Os Mosqueteiros": Expansão - Região Norte), para análise da viabilidade de instalação de duas novas empresas do Grupo "Os Mosqueteiros", designado de "*Bricomarché e Roady*", situado num prédio localizado no lugar de Quintela /Alto da Bandeira, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, no concelho de Chaves.-----

2.3- Através do requerimento n.º 2077/17, datado de 21/11/2017, o requerente apresentou um pedido de aprovação do projeto de arquitetura, para obras de construção, de um conjunto comercial (comércio e serviços), designado de "*Bricomarché e Roady*". Este pedido foi objeto de despacho superior datado de 20/12/2017, no sentido de ser remetido um exemplar do processo ao Chefe de Divisão de Projetos e Mobilidade, Sr.º Eng.º Abel Peixoto, para se pronunciar sobre as questões de natureza viária e paisagística, que envolvem a pretensão.

2.4- A Divisão de Projetos e Mobilidade (DPM), em resposta ao pedido da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território (DGOT), emitiu uma Nota Técnica, datada de 27/12/2017, sobre a "rede viária envolvente ao terreno onde se pretendem instalar as empresas "*Bricomarché e Roady*"."-----

2.5- Através da informação técnica, sob a qual recaiu despacho superior datado de 16/01/2018, no sentido de ser completado o processo com a Certidão da Conservatória do Registo predial, resultante da anexação dos artigos onde se projeta o conjunto comercial, do Grupo "Intermarché, com as insígnias "*Bricomarché e Roady*" e que preveja a titularidade do mesmo a favor do ora requerente e corrigido o processo de acordo com a Nota Técnica da DPM, datado de 27 de Dezembro de 2017.-

2.6- Através do requerimento n.º 234/18, datado de 31/01/2018, o requerente apresentou elementos, no sentido de dar cumprimento ao parecer da Divisão de Projetos e Mobilidade (DPM). Foram enviados os elementos apresentados à DPM, a qual emitiu Nota Técnica, datada de 12 de Fevereiro de 2018, constante no processo a folha n.º 118.-----

2.7- Através do requerimento n.º 321/18, datado de 09/04/2018, o requerente juntou ao processo os projetos de especialidades.-----

2.8- Através do requerimento n.º 425/18, datado de 23/02/2018, a EDP distribuição, enviou parecer de aprovação do projeto de infraestruturas elétricas de serviço público, no cumprimento das condições técnicas e administrativas vertidas no referido parecer, constante do processo a folhas 812, 994 e 995.-----

2.9- Através do requerimento n.º 532/18, datado de 13/03/2018, o requerente juntou os projetos inerentes às obras de urbanização.-----

⁶ «Obras de construção» as obras de criação de novas edificações;---

2.10- Através do email datado de 19 de Março de 2018, foi solicitado parecer, à Sr.^a Eng.^a Conceição Rei e à Divisão de Projetos e Mobilidade (ao cuidado do Sr.^o Eng.^o Nuno Bento), sobre as obras de urbanização propostas pelo requerente e referentes às obras de construção de um conjunto comercial, em coerência com a metodologia adotada para outros empreendimentos aquando da avaliação técnica dos mesmos.-----

2.11- O Sr.^o Eng.^o Nuno Bento, da Divisão de Projetos e Mobilidade, em resposta ao pedido da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território (DGOT), emitiu uma Nota Técnica, datada de 27/03/2018, sobre os "Projetos das infraestruturas elétricas de Serviço Público" e "Projeto de Infraestruturas de Telecomunicações em Urbanizações (ITUR), constante do processo a folhas 1005 e 1006.-----

2.12- A Sr.^a Eng.^a Conceição Rei, da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território, em resposta ao pedido, emitiu uma Nota Técnica, datada de 18/04/2018, sobre os "Projeto de Arruamentos", "Rede de Abastecimento de Água", "Rede de Drenagem de Águas Residuais", "Rede de Drenagem de Águas Pluviais" e "Valorização Paisagística", constante do processo a folhas 1007 a 1010.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIÇÃO LIMINAR-----

3.1 - O processo está instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 14, 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, nomeadamente:-----

- Certidões da Conservatória do Registo Predial, referentes aos prédios;-----
- Contrato-Promessa de compra e venda;-----
- Ficha de elementos estatística;-----
- Declaração do topógrafo;-----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projeto;-----
- Levantamento topográfico georreferenciado à escala 1/500;-----
- Calendarização da execução da obra;-----
- Estimativa do custo total da obra;-----
- Planta de localização à escala 1/2 000;-----
- Planta de localização e enquadramento à escala 1/10 000;-----
- Extrato da Planta de ordenamento e condicionantes do P.D.M;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, pelo coordenador de projeto e pelos projetos de especialidades, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Comprovativo de contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos;-----
- Comprovativo da inscrição dos técnicos em associação pública de carater profissional;-----
- Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Plano de acessibilidades e respetivo termo de responsabilidade;----
- Termo de responsabilidade do autor do projeto acústico;-----
- Ficha de medição;-----
- Memória Descritiva e Justificativa;-----
- Planta de enquadramento à escala 1:200;-----
- Planta de cedências à escala 1:200;-----
- Planta do limite das obras a executar pelo requerente, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º do RJUE;-----
- Planta de apresentação à escala 1:200;-----
- Levantamento topográfico á escala 1:500;-----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1:200;-----

- Declaração de responsabilidade do topógrafo;-----
- Perfis à escala 1:200;-----
- Planta de cedências á escala 1:500; -----
- Planta do piso 1 à escala 1:100;-----
- Planta da cobertura à escala 1:100;-----
- Cortes transversais e longitudinais à escala 1:100;-----
- Alçados à escala 1:100;-----
- Esquema de ventilação á escala 1:50;-----
- Projeto de arranjos exteriores;-----
- AVAC;-----
- Estudo de comportamento térmico e Pré-certificado energético;-----
- ITED;-----
- Projeto de segurança contra incêndios em edifícios, aprovado pela entidade competente;-----
- Projeto acústico;-----
- Projeto de estabilidade;-----
- Projeto de águas pluviais;-----
- Projeto de redes prediais de água e esgotos;-----
- Ficha Eletrotécnica;-----
- ITUR (privada);-----
- ITUR (pública);-----
- Projetos de execução de obras de urbanização ("Projeto de Arruamentos", "Rede de Abastecimento de Água", "Rede de Drenagem de Águas Residuais", "Rede de Drenagem de Águas Pluviais" e "Valorização Paisagística", "Projetos das infraestruturas elétricas de Serviço Público" e "Projeto de Infraestruturas de Telecomunicações em Urbanizações (ITUR);-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto na alínea c), do n.º 2, art.º 4.º, do Decreto-Lei 555/99, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), por se reportar a obras de construção em área não abrangida por operação de loteamento, estando deste modo sujeito a licença administrativa.-----

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- De acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal n.º 34 A, o prédio está inserido num espaço da Classe 1 - Espaço Urbano e Urbanizável e da Categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento na alínea a) do artigo 24.º (Impacte urbanístico relevante) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5 - CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- A proposta apresentada, vem na sequência de um pedido de informação quanto à viabilidade de instalação de duas novas empresas do Grupo "Intermarché, com as insígnias "Bricomarché e Roady e prevê a construção de um conjunto comercial, formado por dois edifícios e um anexo, com uma área bruta de construção de 3.271,15 m², distribuídos por um só piso.-----

5.2- A operação urbanística, consubstanciada na construção de um conjunto comercial, compagina-se com os afastamentos existentes na envolvente imediata, os alinhamentos à via pública com a qual confronta e o índice de utilização do solo, ao propor para este último um valor de 0.22 m²/m². Neste sentido, pode -se concluir que projeto em causa respeita as regras e parâmetros de edificabilidade, previstos no artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor

Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018.-----

5.3 - Face à tipologia do imóvel previsto (estabelecimento comercial) e à área bruta de construção do mesmo, a proposta cumpre o especificado na alínea d), do n.º 3, do artigo 12.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, uma vez que contempla no interior do seu prédio 96 lugares de estacionamento automóvel (sendo 3 destinados a pessoas com mobilidade condicionada), o qual é superior ao valor mínimo de 65 lugares previstos naquela norma regulamentar.-----

5.4 - Por outro lado a proposta em presença dá cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo, que está instruído com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o previsto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE.-----

5.5 - Nos termos das disposições combinadas previstas no n.º 5, do art.º 44.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e na alínea a), do art.º 24.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a operação urbanística em causa tem de ser considerada como de impacto relevante.-----

5.6 - Neste contexto, e atento o disposto no n.º 5, do art.º 44.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a operação urbanística em análise fica sujeita às cedências e compensações previstas para as operações de loteamento, tendo assim de cumprir o disposto sobre tal matéria nos artigos 43º e 44º do RJUE, e nos artigos 20.º e 21.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

5.7- O requerente propõe ceder ao domínio público, uma área de 3.988,30 m², para arruamentos, e, ao não prever qualquer cedência para espaços verdes e/ou de utilização coletiva, ficará deste modo sujeito ao pagamento do valor da respetiva compensação, de acordo com o previsto no art.º 30.º, do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabela de Taxas e Licenças devidas pela Realização de operações urbanísticas.-----

5.8- De acordo com o n.º 2, do artigo 21.º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal a área global máxima exigível para integração no domínio público, corresponde à soma das áreas destinadas a espaços públicos verdes, de utilização coletiva ou de circulação, e a equipamentos públicos ou de utilidade pública, não poderá exceder o menor dos seguintes valores:-----

5.8.1- A área global máxima (m²) \leq 40% (área do terreno) (m²)-----
 $3.988,30 \text{ m}^2 \leq 40\% (15.150,00 \text{ m}^2)$ ----- $3.988,30 \text{ m}^2 \leq 6.060,00 \text{ m}^2$

5.8.2- A área máxima exigível destinada especificamente a equipamentos públicos ou de utilidade não poderá ultrapassar o valor numericamente igual a 25% da área bruta de construção prevista na operação.-----

Área máxima para equipamentos públicos \leq 25% (Área bruta de construção) (m²)-----

$0,00 \text{ m}^2 \leq 25\% (\text{de } 3.271,15 \text{ m}^2)$ ----- $0,00 \text{ m}^2 \leq 817,79 \text{ m}^2$

5.8.3- As áreas destinadas a espaços públicos - espaços verdes ou de utilização coletiva, arruamentos viários e pedonais, estacionamentos - não podem exceder o valor máximo global correspondente a 15% da área total do terreno objeto da mesma operação-----

Área total máxima \leq 15 % (área do terreno) (m²)-----
 $3.988,30 \text{ m}^2 + 0.00 \text{ m}^2 \leq 15\% (\text{de } 15.150,00 \text{ m}^2)$ ----- $3.988,30 \text{ m}^2 \geq 2.272,50 \text{ m}^2$ -----

5.9- Nestes termos pode-se concluir que, as áreas máximas a ceder para o domínio público por força do disposto no artigo 21.º, do Regulamento

do P.D.M., seriam de 2.272,50 m², destinado a espaços públicos (espaços verdes, arruamentos viários e pedonais e estacionamento) e 817,79 m², destinado a equipamentos de utilização coletiva.-----

5.10- Considerando, que o requerente propõe com a presente operação urbanística ceder uma área de 3.988,30 m², destinada a espaços públicos (espaços de circulação, estacionamento, passeios), resulta assim, uma área não cedida para espaços verdes e de utilização coletiva de (2.272,50 m² + 817,79 m²) = 3.090,29 m², não podendo esta área a ceder ser superior à máxima admissível, ou seja, em cumprimento do estipulado na alínea a) do n.º2 do artigo 21.º do Regulamento do PDM, o município não poderá exigir para cedências ao domínio público uma área superior a 40% da área total do terreno (40% x 15.150,00 m² = 6.060,00 m²).----

5.11- Face ao que vem de ser dito, conclui-se que a proposta urbanística patenteada possui um défice de área de cedência 2.071,70 m² = (6.060,00 m² - 3.988,30 m²).-----

5.12- Neste sentido, e em conformidade com o disposto no artigo 30.º, do "*Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas*", o valor da compensação em numerário que o requerente terá de pagar é de 181.335,90 euros, em resultado da fórmula a seguir indicada:-----

$C = L \times K \times A \text{ (m}^2\text{)} \times V/2 = 1,0 \times 0.25 \times 2.071,70 \times 700,24 / 2 = 362.671,80/2 = 181.335,90 \text{ €}$ -----

5.13 - Tendo em consideração que o conjunto comercial que se pretende executar, provoca uma sobrecarga significativa dos níveis de serviço nas infraestruturas existente, nomeadamente ao nível de vias de acesso, tráfego e estacionamento, o mesmo apenas poderá ser implementado, desde que o requerente se comprometa a realizar todos os trabalhos inerentes à sua execução. Nestes termos, a viabilização deste empreendimento está dependente da realização de obras de urbanização relativas a remodelação da rede viária, em espaço do domínio público, deve a autarquia vincular a empresa requerente à realização das referidas obras, mediante prestação de caução, prevista no artigo 54.º do RJUE, as quais, diga-se, não constituem qualquer contrapartida por áreas não cedidas ao domínio público municipal.----

5.14. Face à necessidade de executar obras de urbanização em espaço do domínio público, deverá a autarquia vincular a empresa requerente à realização das referidas obras, mediante apresentação do respetivo projeto de execução, tendo em vista o cálculo da caução prevista no n.º 1, do artigo 54⁷ do Decreto -Lei 555/99, na sua atual redação. São

⁷ Artigo 54.º - Caução -----

1 - O requerente ou comunicante presta caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização. -----

2 - A caução referida no número anterior é prestada a favor da câmara municipal, mediante garantia bancária autónoma à primeira solicitação, hipoteca sobre bens imóveis propriedade do requerente, depósito em dinheiro ou seguro -caução, devendo constar do próprio título que a mesma está sujeita a atualização nos termos do n.º 4 e -----

3 - O montante da caução é igual ao valor constante dos orçamentos para execução dos projetos das obras a executar, eventualmente corrigido pela câmara municipal com a emissão da licença, a que pode ser acrescido um montante, não superior a 5 % daquele valor, destinado a remunerar encargos de administração caso se mostre necessário aplicar o disposto nos artigos 84.º e 85.º-----

4 - O montante da caução deve ser: -----

a) Reforçado, precedendo deliberação fundamentada da câmara municipal, tendo em atenção a correção do valor dos trabalhos por aplicação das

apresentados sob requerimento n.º 532/18, os projetos de execução necessários à realização das obras de urbanização.-----

5.15 - Foi solicitada uma nota técnica inerente às obras de urbanização, à Divisão de Projetos e Mobilidade (ao cuidado do Sr.º Eng.º Nuno Bento), que recai sobre os "Projetos das infraestruturas elétricas de Serviço Público" e "Projeto de Infraestruturas de Telecomunicações em Urbanizações (ITUR), constante do processo a folhas 1005 e 1006.-----

5.16- Foi solicitada uma nota técnica inerente às obras de urbanização à Sr.ª Eng.ª Conceição Rei, que recai sobre os "Projeto de Arruamentos", "Rede de Abastecimento de Água", "Rede de Drenagem de Águas Residuais", "Rede de Drenagem de Águas Pluviais" e "Valorização Paisagística", constante do processo, folhas 1007 a 1010.-----

5.17- Consta dos projetos das obras de urbanização, estimativa do custo total da obra e custo por especialidades, baseado em quantidades e qualidades dos trabalhos necessários à sua execução, no valor de 139.034,85 €. -----

5.18 - De acordo com a estimativa do custo total da obra apresentada, deverá o requerente apresentar caução no valor de 154.328,68 Euros (139.034,85 + 11 %= 139.034,85 €), de forma a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, conforme previsto no artigo 54.º do Dec.-Lei 555/99 e Ulteriores Alterações.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, coordenador do projeto, do plano de acessibilidades, dos projetos de especialidades e, cujos teores se mostram adequados.-----

7 - TAXAS URBANÍSTICAS E ADMINISTRATIVAS, VALOR DA COMPENSAÇÃO E CAUÇÃO APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

7.1- De acordo com a alínea c) do n.º 1, do artigo 24.º, do Regulamento n.º 314/2010, a taxa de infraestruturas urbanísticas a aplicar atinge o montante de 10.719,35 euros.-----

7.2- As taxas administrativas, previstas no art.º 66.º, da subseção IV, do Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 1.015,55 euros.-----

7.3- O valor total das taxas a liquidar é assim de 11.734,90 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado nos quadros I (taxas de infraestruturas urbanísticas) e II (taxas administrativas) do anexo I. -----

regras legais e regulamentares relativas a revisões de preços dos contratos de empreitada de obras públicas, quando se mostre insuficiente para garantir a conclusão dos trabalhos, em caso de prorrogação do prazo de conclusão ou em consequência de acentuada subida no custo dos materiais ou de salários; -----

b) Reduzido, nos mesmos termos, em conformidade como andamento dos trabalhos a requerimento do interessado, que deve ser decidido no prazo de 15 dias. -----

5 - O conjunto das reduções efetuadas ao abrigo do disposto na alínea b) do número anterior não pode ultrapassar 90 % do montante inicial da caução, sendo o remanescente libertado com a receção definitiva das obras de urbanização. -----

6 - O reforço ou a redução da caução, nos termos do n.º 4, não dá lugar à emissão de novo alvará ou à apresentação e admissão de nova comunicação.-----

7.4- De acordo com o artigo 30.º, do Regulamento n.º 314/2010, o valor da compensação, em numerário, a pagar ao Município é de 181.335,90 euros.-----

7.5- De acordo com o artigo 54.º do Dec-Lei555/99 e Ulteriores Alterações, o valor da caução a prestar a favor da câmara é de 154.328,68 euros.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que a operação urbanística, consubstanciada na construção de um conjunto comercial, cumpre o disposto no artigo 19.º da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, pelo facto de propor: uma altura da edificação máxima de 8,0 metros, uma área de impermeabilização do solo de 72 % da área da parcela e a área de implantação, não excede 80 % da área do terreno.-----

8.2 - Considerando, que o uso pretendido, para comércio, respeita o disposto na alínea a) do n.º 2, do artigo 7.º, da Alteração e Republicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves, publicada em Diário da República 2.ª série - N.º 76, de 18 de Abril de 2018, através do Aviso n.º 5233/2018, onde dispõe que, os espaços de "Classe 1" estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista.-----

8.3 - Considerando que o projeto apresentado, dá cumprimento, ao disposto no Decreto - Lei 163/06 de 8 de Agosto, relativo a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, sendo certo que, está instruído com termo de responsabilidade do plano de acessibilidades, de acordo com o previsto no n.º 8 do art.º 20 do RJUE.-----

8.4 - Considerando que, os projetos de especialidades apresentados estão instruídos com termos de responsabilidade, de acordo com o previsto no n.º 8 do artigo 20.º do RJUE, o que exclui a sua apreciação prévia.-----

8.5- Considerando, que no âmbito do presente pedido foi emitido um parecer da Divisão de Projetos e Mobilidade, a informar que nada tem a opor às obras de urbanização a realizar em espaço do domínio público municipal e em espaço a integrar em domínio público municipal, agora propostas pela empresa requerente.-----

8.6 - Considerando, que não é apresentada Certidão da Conservatória do Registo predial, resultante da anexação dos artigos onde se projeta o conjunto comercial, do Grupo "Intermarché, com as insígnias "Bricomarché e Roady" e que preveja a titularidade do mesmo a favor do ora requerente, deve a referida Certidão ser apresentada com os elementos para emissão do alvará, sem a qual não poderá ser emitido o título.-----

8.7- Considerando, que nos termos das disposições combinadas previstas no n.º 5, do artigo 44.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e na alínea a), do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a operação urbanística em causa, tem de ser considerada como de impacte relevante, implicando por este facto, áreas de cedência ao domínio público e pagamento de compensação por áreas não cedidas.-

8.8- Considerando, que propõe ceder uma área de 3.988,30 m², existindo assim, um défice de área não cedida de 2.071,70 m², o que implica, o pagamento de uma compensação em numerário no valor de 181.335,90 €---

8.9- Considerando que, embora o "conjunto comercial" que se pretende promover, provoque uma sobrecarga significativa dos níveis de serviço das infraestruturas, nomeadamente ao nível de vias de acesso, tráfego e estacionamento, o mesmo poderá ser implementado desde que o

requerente se comprometa a realizar todos os trabalhos inerentes à sua execução, o que se vem a verificar face à apresentação dos projetos de execução das obras de urbanização.-----

8.10- Considerando que, a viabilização deste empreendimento está dependente da realização de obras de urbanização relativas a rede viária, abastecimento de água, drenagem de águas residuais e pluviais, abastecimento elétrico, telecomunicações e valorização paisagística, em espaço do domínio público, deve a autarquia vincular a empresa requerente à realização das referidas obras, mediante prestação de caução, prevista no artigo 54.º do RJUE, a qual ascende ao valor de 154.328,68 euros, que deverá ser prestada a favor da Câmara, mediante garantia bancária, seguro caução ou depósito em numerário.-----

8.11- Considerando, que das notas técnica, referidas nos anteriores itens 5.15 e 5.16 e relativas às obras de urbanização do empreendimento, resultou parecer, no sentido de as mesmas poderem reunir condições para ser aprovadas, **desde que sejam cumpridos os seguintes requisitos:**-----

8.11.1 - Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais ----

1-Atendendo a que a Avenida da Cocanha, na extensão correspondente ao comprimento da parcela de terreno, objeto de intervenção, vai ser intervencionada com as infraestruturas viárias representadas na "Planta da rede viária", anexa à NOTA TÉCNICA - 27-12-2017, constantes no processo a folhas nº 101 e 102, nada há a opor à ligação da rede de abastecimento de água, projetada no logradouro do empreendimento, à rede pública existente na Avenida da Cocanha. -----

2-A Rede de Drenagem de Águas Residuais, com ligação à câmara de visita residual, existente na Rua Joaquim Mazarém em PVC, com a profundidade de 1,55 m, deverá ser protegida, com placas em betão (nas extensões implantadas no arruamento projetado e na rua Joaquim Mazarém), em virtude na pouca profundidade a que ficará implantado o coletor residual (primeira condição de licenciamento).-----

8.11.2- Drenagem de Águas Pluviais-----

1- No arruamento a executar pela interessada que fará a ligação entre a Rua Joaquim Mazarém e a Rua de S. Tomé e Príncipe, encontra-se projetada uma rede de Drenagem de Águas Pluviais, em anéis de betão pré-fabricado, com o diâmetro de 200 mm.-----

O diâmetro nominal mínimo admitido pelo Município de Chaves, é de 300 mm (segunda condição de licenciamento).-----

2-A Rede de Drenagem de Águas Pluviais, com ligação à câmara de visita pluvial existente na Rua Joaquim Mazarém, com a profundidade de 1,45 m, deverá ser protegida, com placas em betão (nas extensões implantadas no arruamento projetado e na rua Joaquim Mazarém), em virtude na pouca profundidade a que ficará implantado o coletor pluvial (terceira condição de licenciamento).-----

8.11.3-Valorização Paisagística-----

O projeto de Valorização Paisagística, apresentado sob o requerimento nº 532/18, já foi objeto do competente parecer da Srª Engª Salomé Carneiro, a exercer funções na Divisão de Recursos Operacionais, o qual se reproduz na presente NOTA TÉCNICA, para todos os efeitos legais:-----

"1 - Relativamente aos canteiros -----

a) Aprovada a instalação de prado de sequeiro para revestimento, como forma de redução do consumo de água de rega (proveniente da rede de abastecimento público), tratando-se de uma localização e enquadramento com baixa expressão estética, e deste modo apenas implicando alguns cortes da vegetação para a sua devida manutenção;--

b) Aprovada a selecção de arbustos, para composição das sebes de entorno nos canteiros, mantendo apenas alguma margem de dúvida relativamente à resistência às geadas, da espécie *Dodonaea viscosa*, porém colocada a aprovação dada sua instalação junto de muros existentes (que poderão dar certo resguardo), e tendo em conta o compromisso de 1 ano de manutenção por parte do promotor da obra, que procederá a sua substituição caso não resistam;-----

c) De realçar, a implantação de 3 árvores em canteiro localizado à entrada da Rua Joaquim Mazarém, atualmente revestido pelo Município a inerte, brita cinza, sendo porém um revestimento temporário que será oportuno agora ajardinar conjuntamente com o resto da obra, para efeitos do qual o presente Setor sugere um preenchimento homólogo ao existente do outro lado da via, nomeadamente com uma plantação de arbustos, *Lavandula angustifolia* e *Rosmarinus officinalis Prostratus*, sobre uma base de revestimento com tela anti-ervas (sugestão: DupPont Plantex Gold - Atlanlusi) e cobertura com 4 cm de inerte, grilha fina tom castanho (granulometria +/-2-3 cm), e respetivo sistema de rega automatizado gota-a-gota (quarta condição de licenciamento);----

d) O fornecimento e distribuição de terra vegetal, incluindo destorroamento e despedrega, deverá ser em camada de 0,20 m de espessura em todas as áreas de plantação de arbustos e sementeira de prado de sequeiro (quinta condição de licenciamento);-----

2-Relativamente às árvores:-----

a) Os 4 *Acer pseudoplatanus* em canteiro e as 4 *Casuarina equisetifolia* (frágil às geadas) deverá ser substituídas por *Acer negundo* PAP 14/16 ou 12/14, com compasso de plantação de 6 m, pelo que poderão ser ligeiramente adensados os alinhamentos (sexta condição de licenciamento);-----

b) Os 2 *Acer pseudoplatanus* instalados à entrada da Rua Joaquim Mazarém, deverão também ser substituídos por *Liquidambar styraciflua* PAP 14/16 (sétima condição de licenciamento);-----

3-Relativamente ao sistema de rega:-----

a) O sistema de rega automatizada parece-nos bem dimensionado, apenas solicitamos que o Programador a pilhas de 1 estação WP1 da RainBird, seja alterado para 1 Recetor de Comando a pilhas de 1 Estação da RainBird, regulável com Comando TBOS II (Refª RainBird:529 201 001), à semelhança dos restantes sistemas de rega distribuídos pela cidade e mantidos por nós (oitava condição de licenciamento)".-----

8.11.4- Outras Considerações -----

1-No âmbito da execução das obras de urbanização:-----

1.1-Quaisquer trabalhos a mais necessários e suscetíveis de melhorar o funcionamento das infraestruturas desta operação urbanística, serão a cargo da promotora (nona condição de licenciamento).-----

1.2-Os trabalhos das diversas especialidades devem ser coordenados de forma a serem respeitadas as normas consagradas no Decreto-Lei nº 163/2006, de 8/8, para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada (décima condição de licenciamento).-----

1.3-A realização das obras de urbanização serão executadas no prazo de 6 meses, de acordo com o mapa de trabalhos constante no processo - folha nº 889.-----

2-Os preços unitários constantes no mapa de medições e orçamento são os usualmente praticados na região, para trabalhos similares.-----

3-Concluídas as obras de urbanização, a promotora deve proceder à limpeza da área, de acordo com o regime da gestão de resíduos de construção e à reparação de quaisquer estragos ou deteriorações que tenha causado em infraestruturas públicas, pelo exposto no nº 1 do artigo 86º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado

pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/9.-----

8.11.5- Do Projeto de infraestruturas elétricas de serviço público-----

1-Por uma questão de eficiência energética, as luminárias previstas no projeto de iluminação pública, devem ser equipadas com Dimming.---

2- De modo a evitar a intervenção no passeio a construir no âmbito deste licenciamento, na Rua da Guiné deve ser previsto um tubo PEADØ63m, desde a coluna IP (4) até ao limite da intervenção.-----

3- Cumprimento integral das condições de aprovação do projeto de infraestruturas elétricas, plasmadas no parecer da edp distribuição, constante do processo a folhas 811 e 812.-----

8.11.6- Do Projeto ITUR-----

1-Reforça-se que a implantação da P01-CVR2 deve intercetar a rede subterrânea existente na Rua Joaquim Mazarém.-----

2- De modo a evitar a intervenção no passeio a construir no âmbito deste licenciamento, na Rua Jácome Teixeira, deve ser previsto o prolongamento da rede de tubagem principal, desde a P03-CVR1 até ao limite da intervenção.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no diploma aplicável (RJUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

9.1.1- Propõe-se a aprovação do projeto de arquitetura, apresentado sob requerimento n.º 234/18.-----

9.1.2- São apresentados sob requerimento n.º 532/18, todos os projetos de especialidades e os projetos das obras de urbanização, necessários para o empreendimento, pelo que se propõe, o licenciamento da operação urbanística, destinada a "conjunto comercial", **condicionado ao cumprimento integral do estabelecido nos anteriores itens 8.6 e 8.11.**

9.1.3- Propõe-se ainda que, o processo seja presente na próxima reunião do Executivo Municipal, para deliberação final sobre o mesmo.-----

9.1.4- Caso a Câmara delibere favoravelmente o pedido de licenciamento do imóvel:-----

9.1.4.1- Deverá o requerente, proceder á liquidação das taxas urbanísticas, previstas no art.º 117 do RJUE;-----

9.1.4.2- De acordo com o n.º1 do artigo 76.º, do Dec.-Lei n.º555/99 de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, o requerente dispõe de um prazo de um ano para apresentar nestes serviços os elementos constantes do n.º 1 do artigo 3.º da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, para que se possa emitir o respetivo alvará de licença de construção, designadamente:-----

- Apólice de seguro de construção;-----

- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro;-----

- Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra;-----

- Declaração de titularidade de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;-----

- Livro de obra, com menção do termo de abertura;-----

- Plano de segurança e saúde;-----

9.1.5- Deverá proceder ao prévio pagamento das taxas urbanísticas e administrativas, no valor de 11.734,90 euros (onze mil setecentos e

trinta e quatro euros e noventa cêntimos), para emissão da licença de construção, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 116.º do RJUE.

9.1.6- Deverá apresentar garantia bancária, seguro caução ou depósito em numerário no valor de 154.328,68 euros (cento e cinquenta e quatro mil trezentos e vinte e oito euros e sessenta e oito cêntimos), para emissão da licença de construção, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 54.º do RJUE.-----

9.1.7- Devera ainda, proceder ao pagamento do valor da compensação, a qual ascende ao montante de 181.335,90 € (cento e oitenta e um mil e trezentos e trinta e cinco euros e noventa cêntimos), no ato da emissão do alvará de construção.-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO N° 314/2010-----

Áreas (m²) -----

PISO - r/chão	Habitação	Comércio/Serviços/anexo	TOTAL
Bricomarché + Roady + anexo		2.482,10+ 762,95+26,10	
TOTAL			3.271,15

QUADRO I				custos (C)		
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa	/	0		14,21	0,00 €/m
	- Betão betuminoso	/	6		19,33	115,98 €/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	0		13,08	0,00 €/m
	- Granito (calçada à portuguesa)	/	0		8,53	0,00 €/m
	- Betão	/	0		13,08	0,00 €/m
	Passeios					
	- Lancil (Betão)	0	/	17,63		0,00 €/m
	- Lancil (Granito)	0	/	39,80		0,00 €/m
	- Pavimento (Betonilha ou blocos de betão)	/	2,2		15,92	35,02 €/m
	- Pavimento (Mosaico)	/	0		25,02	0,00 €/m
REDE DE ÁGUA		1	/	21,61		21,61 €/m
REDE DE ESGOTOS		1	/	34,12		34,12 €/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1	/	45,49		45,49 €/m
C - custo das obras existentes na via pública / m						252,22 €/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública						170
N - número de pisos						1
Edifícios destinados exclusivamente a fins comerciais e/ou industriais e armazéns - alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º						
T = C x m x [0.25 + 0.05 (N-1)]						T = 10.719,35 €

Cércea (Bricomarché) - 8,0 ml

Volume (Bricomarché) - 19.860,50 m³

Cércea (Roady) - 6,30 ml

Volume (Roady) - 4. 806,50 m³

QUADRO I

- Cálculo das taxas de infraestruturas urbanísticas (T)

QUADRO II

- Cálculo das taxas administrativas

(art.º 66 da subseção IV)

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)			64,85 €
n.º 4	Para comércio, serviços, acresce ao valor referido em 1., por unidade de ocupação			
a)	Até 300 m2 de área bruta de construção	0	106,00 €	0,00 €
b)	De 301 m2 a 2000 m2 de área bruta de construção	1	211,95 €	211,95 €
c)	Superior a 2000 m2 de área bruta de construção	1	529,95 €	529,95 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	18	11,60 €	208,80 €
	TOTAL			1.015,55 €

TOTAL A LIQUIDAR.....Σ 10.719,35 € + 1.015,55 € = 11.734,90 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.04.27. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EMPREENDIMENTO TURÍSTICO, PEDIDO DE APROVAÇÃO DE PROJETO DE ARQUITETURA – PROCESSO N.º 192/18 – ANÍSIO MIGUEL DE SOUSA BEMHAJA SARAIVA – LUGAR DE CANDAL, CORTINHAS E TORRÃO, FREGUESIA DE VIDAGO – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 18.04.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução / Antecedentes-----

1.1. Os requerentes acima referidos, solicitaram através de requerimento 553/18, projetos de arquitetura e alguns projetos de especialidades, referentes à edificação em 10 artigos (9 rústicos e 1 urbano) perfazendo 3,6ha de um empreendimento turístico – hotel rural – a levar a efeito nos lugares de Candal, Cortinhas e Torrão, na freguesia de Vidago, concelho de Chaves;-----

1.2. Em 2016, os requerentes formularam um PIP, que foi objeto de parecer desfavorável, por a CCDR Norte ter emitido decisão final desfavorável, tendo por base os pareceres emitidos por todas as entidades consultadas, no âmbito das Servidões e Restrições de Ordem Pública que impendem sobre as parcelas de terreno;-----

1.3. Considerando que naquela data o pedido formulado se enquadrava nas razões de indeferimento estabelecidas nas disposições do texto das medidas preventivas estabelecidas por motivo da revisão do PDM de Chaves nos espaços urbanos e urbanizáveis da classe 1, categoria 1.1

- cidade de Chaves, n.º1, do artigo 3º, do Aviso n.º 6779/2014 de 04/06, foi o PIP objeto de parecer desfavorável;-----

2. Enquadramento-----

2.1. Nos instrumentos de planeamento em vigor - PDM-----

De acordo com extrato da planta de ordenamento e condicionantes n.º 60B do Plano Diretor Municipal, os prédios objeto do pedido localizam-se em várias classes de Espaços:-----

- Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis, Categoria 1.2 - Vila de Vidago, -----

- Classe 4 - Espaços agrícolas e florestais, Categoria 4.2 - Espaços Agrícolas, sub-categoria 4.2.A - espaços agrícolas defendidos;-----

- Classe 4 - Espaços agrícolas e florestais, Categoria 4.3 - Espaços Agro-florestais, sub-categoria 4.3.B - espaços agro-florestais comuns;-----

3. Servidões e Restrições de Ordem Pública-----

Sobre o terreno impendem servidões e restrições de ordem pública em relação à RAN-Reserva Agrícola Nacional e ao domínio público hídrico - Ribeira de Oura, pelo que nos termos do artigo 15.º, em articulação com o artigo 13.º-B, do DL 136/2014 de 09/09, foram promovidas consultas prévias às seguintes entidades:-----

- APA - Agência Portuguesa do Ambiente-----

- CCDR Norte-----

- DRAPN - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte-----

4. Pareceres de Entidades Externas-----

4.1. De acordo com as Servidões e restrições que impedem sobre o terreno, as parcelas localizadas em área RAN, estaria sujeita a um "Pedido de parecer não Agrícola de solos RAN" no âmbito do regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional,-----

4.2. À data já constava um parecer favorável do Turismo de Portugal, IP, em razão do "Pedido de Reconhecimento de Relevante Interesse Público em Solos da RAN para Instalação do Hotel Rural Vidago Valley/Sensory" de 4 estrelas";-----

4.3. No seguimento dos processos acima referenciados, os Gabinetes da Secretaria de Estado do Turismo e do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, emitiram despacho conjunto, o qual foi publicado em Diário da República declarando no referido despacho o "Relevante Interesse Público da Pretensão";-----

4.4. Ainda de acordo com as Servidões e Restrições de Ordem Pública foram consultadas a APA, a ANPC, e o Turismo de Portugal, IP (no âmbito do licenciamento), as quais emitiram, todas, pareceres favoráveis aos respetivos projetos (cujas cópias constam no processo administrativo em análise);-----

4.5. Consta também no processo Declaração emitida pelo Município do Concelho de Chaves, a reconhecer o interesse público Municipal do Empreendimento turístico - Hotel datada de 28 de dezembro de 2016, ora em apreciação;-----

5. Análise do Pedido-----

5.1. O projeto apresentado diz respeito à recuperação/reabilitação e reativação de construções de cariz rural já existentes, tais como uma adega, um palheiro com alpendre com pátio murado, duas noras e um conjunto de tanques e poços localizados nas várias parcelas e à construção de um edifício que albergará as funções base do empreendimento turístico do hotel rural;-----

5.2. A construção deste edifício compõe-se por três corpos e será o "ponto" fulcral do empreendimento. Os três corpos irão albergar funções distintas:-----

- O corpo poente contemplará no piso de entrada, o restaurante/sala de pequenos almoços, cozinha de serviço ao restaurante, zonas de preparação e armazenamento, espaço para funcionários. No piso inferior do mesmo localizar-se-á parte do SPA, arrumos de roupa suja e ainda depósito de lixos-----

- O corpo principal/central albergará a receção, a biblioteca/sala de conferências, o SPA no piso inferior e piscina interior, gabinete do diretor, e zonas técnicas;-----

- O corpo nascente, irá ser destinado aos quartos do hotel, às zonas de "room service" e arrumos, vestiários dos funcionários e tratamento de roupa (no piso técnico) -----

- A interligação entre estes três corpos principais será feita por dois volumes: uma cozinha tradicional (para acolher jantares especiais de pequenos grupos), e um volume entre o corpo 2 e 3 funcionando como corredor de ligação entre as áreas comuns do hotel e o bloco dos quartos em todos os pisos;-----

5.3. A adega será reconstruída para se destinar a cafetaria e loja de produtos locais, apoiada por uma esplanada em diferentes patamares próximos do rio;-----

5.4. O Hotel disporá também de piscina Exterior, uma ludoteca a funcionar no antigo palheiro, e ainda um centro holístico;-----

5.5. Nas zonas agrícolas e por entre as árvores existirão dois Anexos com duas e uma Unidades de Alojamento, respetivamente, autónomas, e ainda um Anexo com seis Unidade de Alojamento;-----

5.6. O empreendimento ainda terá uma estufa junto a um edificio de arrumação de alfaías agrícolas, e um estacionamento privado destinado a automóveis, um autocarro e parque de bicicletas,-----

5.7. Este pedido tem como objetivo requalificar toda esta área, conferindo-lhe um carácter de hotel rural de 4* conforme já veio classificado provisoriamente no parecer do Turismo de Portugal, I.P.

5.8. São propostos os seguintes parâmetros urbanísticos:-----

- Área do terreno - 36.323,00m²-----

- Área de Implantação total - 2.485,00m²-----

- Área de construção total - 4.428,00m²-----

- N.º Pisos - variável - 1 ou 2 acima cota soleira + 2 abaixo cota soleira no edifício principal-----

- Cércea - variável desde os 2,70m até aos 9,31m-----

- Unidade de alojamento - 48 (36 no edifício principal, 12 em cinco construções modulares)-----

- Total de camas - 96-----

- Estacionamento Privativo - 54 automóveis +1 autocarro-----

- Iu - 0,12m²/m²-----

- Categoria provisória atribuída pelo Turismo de Portugal, IP- 4*-

6. Instrução -----

6.1. O pedido formulado encontra-se instruído, de acordo com descrito no n.º 15 da Portaria 113/2015 de 22/04 em articulação com o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, e ainda com alguns projetos de especialidades necessários nesta fase, nomeadamente:-----

- Projeto de segurança contra-incêndios aprovado e visado pela ANPC-----

- Projeto de arquitetura aprovado e visado pelo Turismo de Portugal, IP-----

7. Responsabilidade-----

São apresentados os termos de responsabilidade de todos os autores dos projetos de arquitetura, da coordenação de projeto, do projeto de acessibilidades e arranjos exteriores, e ainda declaração do topógrafo atestando a conformidade com os elementos cadastrais;-----

8. Considerações fundamentadoras da proposta de decisão /Proposta de decisão-----

8.1. O presente projeto de arquitetura cumpre as regras de gestão urbanística, aplicáveis à zona onde se insere;-----

8.2. Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas legais aplicáveis, nomeadamente o RJUE e o RMUE, de acordo com o descrito no artigo 20.º do DL 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo DL 136/2014 de 22/04, entende-se propor deliberação favorável ao projeto de arquitetura apresentado através de requerimento n.º 533/18 de 15 de março de 2018;-----

8.3. Nos termos do n.º4 do supra referido artigo, em articulação com a Portaria n.º 113/2015 de 22/04, o requerente dispõe de um prazo de seis meses para apresentar os restantes projetos das especialidades descritos no n.º 16 da mencionada portaria.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.04.27. -----

Visto, Concorde. Proceda-se em conformidade. À Reunião de Câmara. ---

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE DE ESTAÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÕES E RESPECTIVOS ACESSÓRIOS, PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO - PROCESSO N.º 109/18 - VODAFONE PORTUGAL, S.A. - LUGAR DE ALTO DO TRÉM, FREGUESIA DE VILARELHO DA RAIA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 19.03.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o nº 314/18, em 08-02-2018, a sociedade anónima Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A, representada neste pedido por Eurico Ferreira, S.A, solicita a autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, no prédio rústico, sito no Alto do Trém, Vilarelho da Raia, inscrito na matriz predial da freguesia de Vilarelho da Raia sob o artigo 5820º.-----

1.2-No seguimento do Saneamento e Apreciação Liminar, dado por despacho do Srº Diretor de Coordenação Geral, Drº Marcelo Delgado, datado de 21-03-2018, a interessada, sob o requerimento nº 799/18, apresenta os seguintes elementos:-----

1.2.1-Livro de obra.-----

1.2.2-Caderneta predial do prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vilarelho da Raia sob o artigo 5280°.

1.2.3-CD, com os elementos instrutórios apresentados de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 13º do Regulamento nº 732/2015, o qual procedeu à revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, publicado em Diário da República, na 2ª Série - Nº 207 em 22-10-2015.

1.2.4-Nova Planta de Implantação, na qual é representado o acesso à infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, através do prédio rústico, sito no Alto do Trém, Vilarelho da Raia, inscrito na matriz predial da freguesia de Vilarelho da Raia sob o artigo 5820°.

1.2.5-Recibo, emitido Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A, comprovativo do pagamento da apólice de seguro nº 0002661830, de Acidentes de Trabalho, até 30 de junho de 2018.

2-ANTECEDENTES

2.1-Consultado o Arquivo Municipal, consta como antecedente do processo administrativo registado com o nº 109/18, o processo de licenciamento, promovido pelo Srº Alberto Dias Gonçalves, o qual culminou com a emissão do alvará de obras de construção nº 613/93, emitido em 13 09-1993, para construção de edifício destinado a habitação unifamiliar, composta de Cave, Rés-do-Chão e Águas Furtadas, com a área de 349,97 m2.

2.2-As obras de construção supra referidas, incidiram sobre o prédio rústico, inscrito na matriz predial da freguesia de Vilarelho da Raia sob o artigo 5818°.

2.3-Presentemente, a habitação unifamiliar encontra-se erigida no prédio urbano, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vilarelho da Raia sob o artigo 960°.

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO

2.1-No Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1, diploma que regula a autorização municipal inerente à instalação e funcionamento das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios, definidas no Decreto-Lei nº 151-A/2000, de 20/7 e adota mecanismos para fixação dos níveis de referência relativos à exposição da população a campos electromagnéticos (0 Hz - 300 GHz)

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1.

3-INSTRUÇÃO DO PEDIDO

O pedido de autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, encontra-se instruído com os seguintes elementos:

-Fotocópia da Procuração, certificada com o original, na qual a Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A, constitui sua mandatária, a empresa Eurico Ferreira, S.A;

-Fotocópia de Procuração⁸ da Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A, representada pelos administradores Mário Jorge Soares Vaz e Emanuel Paulo Mota Botelho de Melo Sousa, através da qual constitui sua mandatária a sociedade anónima, EURICO FERREIRA, S.A, para os atos mencionados nas alíneas a), b), c) e d) da referida procuração.

-Identificação da Estação.

-Identificação da VODAFONE PORTUGAL - Comunicações Pessoais, S.A, acompanhada com a fotocópia do Cartão de identificação de pessoa coletiva.

⁸ Certificada com a original.

-Identificação das licenças de Rede Pública de Radiocomunicações, emitidas pelo ICP-ANACOM, nos termos do Decreto-Lei n° 151-A/2000, de 20/7.-----

Memória Descritiva.-----

-Estudo de Estabilidade.-----

-Termo de responsabilidade do engenheiro técnico civil, Armando Sérgio da Silva Miranda, para efeito do disposto no n° 1 do artigo 10° do Decreto-Lei n° 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n° 136/2014, de 9/9, relativa à instalação de uma Infraestrutura de Radiocomunicações, designada por 52815- VILELA SECA, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado de fotocópia do cartão de cidadão e do elemento a que se refere o n° 3 do artigo 10° do RJUE. -----

-Termo de responsabilidade do Engenheiro José Augusto Araújo Barros para efeito do disposto no artigo 5° do Decreto-Lei n° 11/2003, que toma toda a responsabilidade pela execução dos trabalhos a nível de instalações eléctricas relativos à instalação das Infraestruturas de Suporte da Estação de Radiocomunicações pertencente à VODAFONE PORTUGAL, S.A, sita em Trém, 5400-813 Vilarelho da Raia, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado da Declaração da Ordem dos Engenheiros Técnicos, da fotocópia do cartão de cidadão.-----

-Declaração de Conformidade, emitida pela Vodafone Portugal, S.A, atestando que a estação 52815 VILELA SECA, descrita nos planos em anexo, foi projetada e será instalada garantindo a conformidade com os níveis de referência de radiações aplicáveis, de acordo com o disposto na Portaria n° 1421/2004, de 23/11.-----

-Fotocópia do Contrato de Arrendamento para Instalação de Equipamentos de Radiocomunicações em terreno - prédio rústico, sito em Trém, inscrito na matriz predial da freguesia de Vilarelho da Raia sob o artigo 5820°, sendo o primeiro contraente o Sr° Alberto Dias Gonçalves e a segunda contraente a Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.-----

-Planta de Localização da Estação 52815 VILELA SECA, à escala 1/25 000;-----

-Planta de Localização à escala 1/25 000;-----

-Planta de Localização da Estação à escala 1/500;-----

-Planta Estação 52815 - VILELA SECA à escala 1/100;-----

-Alçados Lateral Direito, Posterior e Lateral Esquerdo da Estação, à escala 1/100;-----

-CD.-----

-Calendarização para 32 dias.-----

-Estimativa Orçamental.-----

-Documento de consulta no IMPIC - Instituto dos mercados Públicos, do Mobiliário e da Construção, da existência do Alvará de construção n° 3576, emitido em nome da Sociedade anónima, Eurico Ferreira, S.A.----

-Condições particulares da apólice de seguro PA18CP007, de responsabilidade civil, emitida pela AIG Europe Limited, Pessoa Coletiva registada em Inglaterra e País de Gales, com o NIPC 01486260.

-Condições particulares da apólice de seguro n° 0002661830, de Acidentes de Trabalho, emitida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.-----

-Fotocópia do Contrato de Arrendamento para Instalação de Equipamentos de Radiocomunicações em terreno - prédio rústico, sito em Trém, inscrito na matriz predial da freguesia de Vilarelho da Raia sob o artigo 5820°, sendo o primeiro contraente o Sr° Alberto Dias Gonçalves

e a segunda contraente a Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.-----

- Fotocópia de Procuração⁹ de , na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A, através da qual constitui vários procuradores da sociedade sua representada, nomeadamente o Eng^o Paulo Jorge Cardoso de Sá Moraes, ao qual confere os poderes necessários para, representar a Mandante, outorgando e assinando contratos respeitantes a pedidos de fornecimento de energia eléctrica para a instalação e funcionamento de infraestruturas de telecomunicações, bem como para representar a Mandante junto das Câmaras Municipais, tendo em vista tratar de quaisquer assunto relacionado com a instalação de infraestruturas de telecomunicações.-----

-Identificação da Estação.-----

-Identificação da MEO, S.A.-----

-Identificação do título emitido pela ANACOM - Licença da Rede Pública de radiocomunicações, serviço móvel terrestre, nº 2/2012, emitida em 09-03-2012.-----

-Memória Descritiva.-----

-Estudo de Estabilidade.-----

-Termo de responsabilidade do engenheiro civil, Bruno Miguel Campino Gomes, para efeito do disposto no nº 1 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9, relativa à instalação de uma Infraestrutura de radiocomunicações, designada Ervededo - CHAVES 14 TM003, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado de fotocópia do cartão de cidadão e do elemento a que se refere o nº 3 do artigo 10º do RJUE. -----

-Termo de responsabilidade do Engenheiro Eletrotécnico, João Paulo Avó Fole, para efeito do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 11/2003, que toma toda a responsabilidade pela execução dos trabalhos a nível de instalações eléctricas relativos à instalação das Infraestruturas de Suporte da Estação de Radiocomunicações pertencente à MEO, S.A, sita no Alçado Lateral Esquerdo do Edifício da Junta de Freguesia de Ervededo, rua de São Caetano, 5400 - 628 Ervededo, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado da Declaração da Ordem dos Engenheiros, da fotocópia do cartão de cidadão e da apólice de seguro nº 0084 07119310.-----

-Declaração de Conformidade, atestando que a estação ERVEDEDO - CHAVES (14TM003), descrita nos planos em anexo, foi projetada e será instalada garantindo a conformidade com os níveis de referência de radiações aplicáveis, de acordo com o disposto na Portaria nº 1421/2004, de 23/11.-----

-Planta de Localização à escala 1/25 000.-----

-Planta de Localização da Estação à escala 1/500.-----

-Planta Estação à escala 1/100;-----

-Alçado Principal, à escala 1/100;-----

-Alçado Lateral Direito, á escala 1/100;-----

-Alçado Posterior, à escala 1/10;-----

-Alçado Lateral Esquerdo, à escala 1/100;-----

-CD.-----

-Elementos apresentados sob o requerimento nº 799/18.-----

4-PARECERES INTERNOS-----

⁹ Certificada com a original.-----

No presente processo registado com o nº 109/18, constam os seguintes pareceres favoráveis, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 108/DPM/2018, do Srº Engº eletrotécnico Nuno Bento, a exercer funções na Divisão de Projeto e de Mobilidade, emitida em 04-04-2018.-----

- INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº9/SPMOT/2018 da Srª Arqtª Ana Isabel Augusto, a exercer funções no Sector de Planos Municipais de Ordenamento do Território desta unidade orgânica, emitida em 02-04-2018.-----

5-PARECER-----

5.1-Pretende a requerente autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, designada por 52815 VILELA SECA, a instalar, no prédio rústico, sito no Alto do Trém, Vilarelho da Raia, inscrito na matriz predial da freguesia de Vilarelho da Raia sob o artigo 5820º, no concelho de Chaves, -----

5.2-No processo registado com o nº 109/18, consta fotocópia do Contrato de Arrendamento para Instalação de Equipamentos de Radiocomunicações em terreno - prédio rústico, supra referido, sendo o primeiro contraente o Srºb Alberto Dias Gonçalves e a segunda contraente a Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.-----

5.3-Sob o requerimento registado com o nº 799/18, a interessada apresenta nova Planta de Implantação da infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, na qual é representado o acesso à infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, através do prédio rústico, sito no Alto do Trém, Vilarelho da Raia, inscrito na matriz predial da freguesia de Vilarelho da Raia sob o artigo 5820º.-----

5.2-A estação base de telecomunicações, ocupa uma área aproximada de 28,09 m2, possuindo as seguintes características: -----

-Armários técnicos;-----

-Pedestal de Energia;-----

-Armário de Energia Quadro Eléctrico (Q.E);-----

-Estrutura para Instalação de Antenas - A torre que se pretende instalar é tubular metálica e auto suportada, constituída por vários troços, com 40 m de altura, suportada por uma fundação direta em betão armado, à qual se encontra solidarizada por chumbadouro, flange e respetivo sistema de aperto;-----

-Instalações Técnicas Especiais (Alimentação e Contagem de Energia e Rede de Telecomunicações).-----

6-TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

A taxa administrativa prevista na Tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de **€ 10 676,80 (dez mil seiscientos e setenta e seis euros e oitenta cêntimos)**, conforme discriminado no Quadro I que se anexa à presente informação técnica.

7-CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO -----

Considerando os elementos instrutórios apresentados, no capítulo 3 da presente informação técnica, sob os requerimentos nº 314/18 e nº 799/18;-----

Considerando os pareceres favoráveis vertidos na INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 9/SPMOT/2018 da Srª Arqtª Ana Isabel Augusto, e na INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 108/DPM/201, do Srº Engº eletrotécnico Nuno Bento, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais;-----

Considerando que a interessada apresentou nova Planta de Implantação da infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e

respectivos acessórios, na qual é representado o acesso à infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, através do prédio rústico, sito no Alto do Trém, Vilarelho da Raia, inscrito na matriz predial da freguesia de Vilarelho da Raia sob o artigo 5820º-----
 Considerando que o pedido em causa não contraria restrições previstas no Plano Diretor Municipal, medidas preventivas, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.-----
 Considerando ainda que, não se vislumbram razões objectivas e fundamentadas relacionadas com a protecção do ambiente, do património cultural e da paisagem rural que impeçam o deferimento da presente pretensão.-----

8-PROPOSTAS-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1, diploma que regula a autorização municipal inerente à instalação e funcionamento das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios, definidas no Decreto-Lei nº 151-A/2000, de 20/7 e no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

8.1-Propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de autorização para a instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, designada por 52815 VILELA SECA, solicitado sob os requerimentos nº 314/18 e nº 799/18, nos termos do disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1, uma vez que não se verificam as razões de indeferimento expressas nas alíneas a), b) e c) do artigo 7º daquele dispositivo legal.-----

8.2-Após o pagamento das taxas devidas, propõe-se que seja emitido o respectivo alvará de autorização nos termos do disposto no nº 3 do artigo 74º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

8.3-Notifique-se a requerente da presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.04.27. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.12. INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE DE ESTAÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÕES E RESPECTIVOS ACESSÓRIOS, PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO - PROCESSO N.º 135/18 - VODAFONE PORTUGAL, S.A. - LUGAR DE BAGOEIRA, FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 19.03.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

1.1-Através do requerimento registado nesta unidade orgânica com o nº 391/18, em 20-02-2018, a sociedade anónima Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A, representada neste pedido por Eurico Ferreira, S.A, solicita a autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, no prédio rústico, sito em Bagoeira, Águas Frias, inscrito na matriz predial da freguesia de Águas Frias sob o artigo 5671º.-----

1.2-No seguimento do Saneamento e Apreciação Liminar, dado por despacho do Srº Diretor de Coordenação Geral, Drº Marcelo Delgado, datado de 21-03-2018, a interessada apresenta os seguintes elementos:

1.2.1-Livro de obra.-----

1.2.2-Caderneta predial do prédio rústico inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Águas Frias sob o artigo 5671º.-----

1.2.3-Certidão negativa, emitida pela Conservatória do Registo Predial de Chaves, referente ao prédio rústico, referido no anterior parágrafo da presente informação técnica.-----

1.2.4-CD, com os elementos instrutórios apresentados de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 13º do Regulamento nº 732/2015, o qual procedeu à revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, publicado em Diário da República, na 2ª Série - Nº 207 em 22-10-2015-----

1.2.5-Nova Planta de Implantação, na qual é respeitada a distância de 4,5 m ao eixo do arruamento, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 58º da Lei nº 2110, de 19 de agosto de 1961.-----

1.2.6-Recibo, emitido Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A, comprovativo do pagamento da apólice de seguro nº 0002661830, de Acidentes de Trabalho, até 30 de junho de 2018. -----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1, diploma que regula a autorização municipal inerente à instalação e funcionamento das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios, definidas no Decreto-Lei nº 151-A/2000, de 20/7 e adota mecanismos para fixação dos níveis de referência relativos à exposição da população a campos electromagnéticos (0 Hz - 300 GHz)

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 11/2003, de 18/1.-----

3-INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

O pedido de autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, encontra-se instruído com os seguintes elementos:-----

-Fotocópia da Procuração, certificada com o original, na qual a Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A, constitui sua mandatária, a empresa Eurico Ferreira, S.A;-----

-Fotocópia de Procuração¹⁰ da Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A, representada pelos administradores Mário Jorge Soares Vaz e Emanuel Paulo Mota Botelho de Melo Sousa, através da qual constitui sua mandatária a sociedade anónima, EURICO FERREIRA, S.A, para os atos mencionados nas alíneas a), b), c) e d) da referida procuração.-----

-Identificação da Estação.-----

-Identificação da VODAFONE PORTUGAL - Comunicações Pessoais, S.A, acompanhada com a fotocópia do Cartão de identificação de pessoa coletiva.-----

¹⁰ Certificada com a original.-----

-Identificação das licenças de Rede Pública de Radiocomunicações, emitidas pelo ICP-ANACOM, nos termos do Decreto-Lei n° 151-A/2000, de 20/7.-----

Memória Descritiva.-----

-Estudo de Estabilidade.-----

-Termo de responsabilidade do engenheiro técnico civil, Armando Sérgio da Silva Miranda, para efeito do disposto no n° 1 do artigo 10° do Decreto-Lei n° 555/99, de 16/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n° 136/2014, de 9/9, relativa à instalação de uma Infraestrutura de Radiocomunicações, designada por 52812- ÁGUAS FRIAS, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado de fotocópia do cartão de cidadão e do elemento a que se refere o n° 3 do artigo 10° do RJUE. -----

-Termo de responsabilidade do Engenheiro José Augusto Araújo Barros para efeito do disposto no artigo 5° do Decreto-Lei n° 11/2003, que toma toda a responsabilidade pela execução dos trabalhos a nível de instalações eléctricas relativos à instalação das Infraestruturas de Suporte da Estação de Radiocomunicações pertencente à VODAFONE PORTUGAL, S.A, denominada 52812 ÁGUAS FRIAS, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, acompanhado da Declaração da Ordem dos Engenheiros Técnicos, da fotocópia do cartão de cidadão.-----

-Declaração de Conformidade, emitida pela Vodafone Portugal, S.A, atestando que a estação 52812 ÁGUAS FRIAS, descrita nos planos em anexo, foi projetada e será instalada garantindo a conformidade com os níveis de referência de radiações aplicáveis, de acordo com o disposto na Portaria n° 1421/2004, de 23/11.-----

-Fotocópia do Contrato de Arrendamento para Instalação de Equipamentos de Radiocomunicações em terreno - prédio rústico, sito em Bagoeira, inscrito na matriz predial da freguesia de Águas Frias sob o artigo 5671°, sendo a primeira contraente a Dª Maria Albina Morais dos Santos Magalhães e a segunda contraente a Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.-----

-Planta de Localização da Estação MEO;-----

-Planta de Localização à escala 1/25 000;-----

-Planta de Localização da Estação à escala 1/500;-----

-Planta Estação 52815 - VILELA SECA à escala 1/100;-----

-Alçados Lateral Direito, Posterior e Lateral Esquerdo da Estação, à escala 1/100;-----

-CD.-----

-Calendarização para 32 dias.-----

-Estimativa Orçamental.-----

-Documento de consulta no IMPIC - Instituto dos mercados Públicos, do Mobiliário e da Construção, da existência do Alvará de construção n° 3576, emitido em nome da Sociedade anónima, Eurico Ferreira, S.A.-----

-Condições particulares da apólice de seguro PA18CP007, de responsabilidade civil, emitida pela AIG Europe Limited, Pessoa Coletiva registada em Inglaterra e País de Gales, com o NIPC 01486260.

-Condições particulares da apólice de seguro n° 0002661830, de Acidentes de Trabalho, emitida pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.-----

-Elementos apresentados sob o requerimento n° 754/18.-----

4-PARECERES INTERNOS-----

No presente processo registado com o n° 135/18, constam os seguintes pareceres favoráveis, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-INFORMAÇÃO/PROPOSTA N° 104/DPM/2018, do Sr° Eng° eletrotécnico Nuno Bento, a exercer funções na Divisão de Projeto e de Mobilidade, emitida em 03-04-2018, constante no processo a folhas n° 62 à n° 64.-----

-INFORMAÇÃO/PROPOSTA N°10/SPMOT/2018 da Srª Arqtª Ana Isabel Augusto, a exercer funções no Sector de Planos Municipais de Ordenamento do Território desta unidade orgânica, emitida em 02-04-2018.-----

5-PARECER-----

5.1-Pretende a requerente autorização para instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, designada por 52812 ÁGUAS FRIAS, a instalar, no prédio rústico, sito em Bagoeira, Águas Frias, inscrito na matriz predial da freguesia de Águas Frias sob o artigo 5671°, no concelho de Chaves, -----

5.2-No processo registado com o n° 135/18, consta fotocópia do Contrato de Arrendamento para Instalação de Equipamentos de Radiocomunicações em terreno - prédio rústico, sito em Bagoeira, inscrito na matriz predial da freguesia de Águas Frias sob o artigo 5671°, sendo a primeira contraente a Dª Maria Albina Morais dos Santos Magalhães e a segunda contraente a Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.

5.3-Sob o requerimento registado com o n° 754/18, a interessada apresenta nova Planta de Implantação da infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, na qual é respeitada a distância de 4,5 m ao eixo do arruamento, de acordo com o disposto no n° 1 do artigo 58° da Lei n° 2110, de 19 de agosto de 1961.-----

5.4-A estação base de telecomunicações, ocupa uma área aproximada de 23,09 m2, possuindo as seguintes características:-----

-Armários técnicos;-----

-Pedestal de Energia;-----

-Armário de Energia Quadro Eléctrico (Q.E);-----

-Estrutura para Instalação de Antenas - A torre que se pretende instalar é tubular metálica e auto suportada, constituída por vários troços, com 30 m de altura, suportada por uma fundação direta em betão armado, à qual se encontra solidarizada por chumbadouro, flange e respetivo sistema de aperto;-----

-Instalações Técnicas Especiais (Alimentação e Contagem de Energia e Rede de Telecomunicações).-----

6-TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO-----

A taxa administrativa prevista na Tabela anexa ao Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de **€ 7 975,80 (sete mil novecentos e setenta e cinco euros e oitenta cêntimos)**, conforme discriminado no Quadro I que se anexa à presente informação técnica.-

7-CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO -----

Considerando os elementos instrutórios apresentados, no capítulo 3 da presente informação técnica, sob os requerimentos n° 391/18 e n° 754/18;-----

Considerando os pareceres favoráveis vertidos na INFORMAÇÃO/PROPOSTA N°10/SPMOT/2018da Srª Arqtª Ana Isabel Augusto, e na INFORMAÇÃO/PROPOSTA N° 104/DPM/201, do Sr° Eng° eletrotécnico Nuno Bento, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais;-----

Considerando que a implantação da infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, respeita a distância de 4,5 m ao eixo do arruamento, de acordo com o disposto no n° 1 do artigo 58° da Lei n° 2110, de 19 de agosto de 1961.-----

Considerando que o pedido em causa não contraria restrições previstas no Plano Diretor Municipal, medidas preventivas, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.-----
Considerando ainda que, não se vislumbram razões objectivas e fundamentadas relacionadas com a protecção do ambiente, do património cultural e da paisagem rural que impeçam o deferimento da presente pretensão.-----

8-PROPOSTAS-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Decreto-Lei n° 11/2003, de 18/1, diploma que regula a autorização municipal inerente à instalação e funcionamento das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respectivos acessórios, definidas no Decreto-Lei n° 151-A/2000, de 20/7 e no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

8.1-Propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de autorização para a instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações e respectivos acessórios, designada por 52812 ÁGUAS FRIAS, solicitado sob os requerimentos n° 391/18 e n° 754/18, nos termos do disposto no artigo 4° do Decreto-Lei n° 11/2003, de 18/1, uma vez que não se verificam as razões de indeferimento expressas nas alíneas a), b) e c) do artigo 7° daquele dispositivo legal.-----

8.2-Após o pagamento das taxas devidas, propõe-se que seja emitido o respectivo alvará de autorização nos termos do disposto no n° 3 do artigo 74° do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.-----

8.3-Notifique-se a requerente da presente informação técnica, acompanhada com os pareceres internos supra referidos.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.04.27. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL CHAVES - ADUTORA CANDO - SOUTELO E RESERVATÓRIO DE SOUTELO - AUTO DE MEDIÇÃO N° 4/DOP/2018.-----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 4/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SINOP - ANTONIO MOREIRA DOS SANTOS, S.A., no valor de 38.946,50 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.27. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 27.04.2018 -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €38.946,50 (Trinta e oito mil, novecentos e quarenta e seis euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

IX DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

XI ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. NATAÇÃO CLUBE DE CHAVES/ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS. INFORMAÇÃO N.º 19/DGF/2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Enquadramento:-----

1. Considerando que, mediante ofício refa.SC/19, de 26/01/2018, veio a ser notificada o "Natação Clube de Chaves", para o pagamento dos valores em dívida referentes à utilização, por tal entidade, de infraestruturas públicas municipais, destinadas à prática do desporto, designadamente Piscina Municipal, durante os anos de 2012 a 2017, num total de 17.208,63€, acrescido dos respetivos juros de mora vencidos;

2. Considerando que, face à maturidade de tal dívida, o reiterado incumprimento do respetivo pagamento, determinará que o Município de Chaves possa, com legitimidade, inibir a autorização de utilização de

tais espaços públicos municipais para a prática desportiva por parte da referida entidade;-----

3. Considerando que, o "Natação Clube de Chaves", veio, mediante comunicação datada de 29/01/2018 manifestar vontade em promover a regularização do referido montante em dívida, e respetivos juros vencidos, de forma faseada, tendo em conta os constrangimentos financeiros apresentados;-----

II - Estratégia a adotar:-----

1- Face ao exposto e, compulsada a conta corrente dos documentos emitidos e não pagos pelo "Natação Clube de Chaves", num valor total atual, de 17.208,63€, acrescidos dos respetivos juros de mora sobre as faturas vencidas, sugere-se que seja ponderada a seguinte estratégia de atuação:-----

a) Que seja autorizado o **pagamento em prestações, até ao dia 25 de cada mês**, do valor da dívida remanescente, em valor mensal de 60,00€, incluindo juros de mora vencidos, até que seja totalmente amortizado o montante em dívida e respetivos juros;-----

b) A falta de pagamento de uma prestação, implicará o vencimento de todas as prestações;-----

c) Que o teor da presente proposta seja autorizado pelo Sr. Presidente da Câmara, e posterior submissão ao órgão executivo municipal, para aprovação;-----

d) Sequencialmente, deverá ser promovida a competente notificação ao "Natação Clube de Chaves", para conhecimento.-----

Chaves, 16 de abril de 2018-----

A Chefe de Divisão Financeira (Dr.^a Márcia Santos)-----

Anexo: listagem de valores em dívida-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.20-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.04.23-----

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. AGEAS PORTUGAL, COMP. DE SEGUROS S.A./ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS. INFORMAÇÃO N.º 20/DGF/2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Enquadramento:-----

4. Considerando que, mediante ofício refa.SC/55, de 25/01/2018, veio a ser notificada a "AGEAS PORTUGAL, COMPANHIA DE SEGUROS S.A.", para o pagamento dos valores em dívida referentes à utilização, por tal entidade, de infraestruturas públicas municipais, destinadas à prática do desporto, designadamente Pavilhão da Escola Casa dos Montes, durante o ano de 2008, num total de **184,50€**, acrescido dos respetivos juros de mora vencidos;-----

5. Considerando que, face à maturidade de tal dívida, o reiterado incumprimento do respetivo pagamento, determinará que o Município de Chaves possa, com legitimidade, inibir a autorização de utilização de tais espaços públicos municipais para a prática desportiva por parte da referida entidade;-----

6. Considerando que, a "AGEAS PORTUGAL, COMPANHIA DE SEGUROS S.A.", veio, mediante comunicação datada de 24/04/2018 manifestar vontade em promover a regularização do referido montante em dívida, e respetivos juros vencidos, de forma faseada, em três prestações mensais, tendo em conta os constrangimentos financeiros apresentados;-----

II - Estratégia a adotar:-----

1- Face ao exposto e, compulsada a conta corrente dos documentos emitidos e não pagos pela "AGEAS PORTUGAL, COMPANHIA DE SEGUROS S.A", num valor total atual, de **184,50€**, acrescidos dos respetivos juros de mora sobre as faturas vencidas, sugere-se que seja ponderada a seguinte estratégia de atuação:-----

e) Que seja autorizado o **pagamento em três (3) prestações, até ao dia 25 de cada mês**, do valor da dívida remanescente, em valor mensal de **61,50€**, e respetivos juros de mora vencidos, até que seja totalmente amortizado o montante em dívida e respetivos juros;-----

f) A falta de pagamento de uma prestação, implicará o vencimento de todas as prestações;-----

g) Que o teor da presente proposta seja autorizado pelo Sr. Presidente da Câmara, e posterior submissão ao órgão executivo municipal, para aprovação;-----

h) Sequencialmente, deverá ser promovida a competente notificação à "AGEAS PORTUGAL, COMPANHIA DE SEGUROS S.A", para conhecimento.-----

Chaves, 24 de abril de 2018-----

A Chefe de Divisão Financeira (Dr.^a Márcia Santos)-----

Anexo: listagem de valores em dívida-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.27 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.04.27

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. OPERAÇÃO URBANÍSTICA DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 1/2007 - "PLATAFORMA LOGÍSTICA INTERNACIONAL DO VALE DO TÂMEGA", SITUADA EM CAMPO QUEIMADO, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, CONCELHO DE CHAVES. PARCELA SOBRANTE. DISCRIMINAÇÃO DE PARCELAS AUTÓNOMAS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 18/GNE/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Enquadramento -----

1. O executivo camarário em sua reunião ordinária realizada no passado dia 03 de maio de 2004, adotou resolução de requerer a utilidade pública da expropriação das parcelas necessárias à "Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega", em conformidade com o disposto no Artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de setembro. -----

2. A aquisição das parcelas veio a ser conquistada por via do direito privado, por expropriação amigável e por expropriação litigiosa, na sequência da Declaração de Utilidade Pública, proferida por despacho do Secretário de Estado da Administração Local de 1 de outubro de 2004, publicado no Diário da República, II Série, nº 260, de 5 de novembro de 2004. -----

3. O loteamento da "Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega" e respetivas obras de urbanização, titulado pelo Alvará nº 1/2007, veio a incidir sobre vinte e duas parcelas de terreno - prédios rústicos -, com a área total de 214.901,00m², situadas em Campo Queimado, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, tendo sido aprovado por deliberações da Câmara Municipal de 06/04/2004, 02/02/2006 e 18/01/2007, e previamente por deliberação da assembleia municipal de Chaves de 21/04/2004, na vigência de medidas preventivas, ao abrigo do disposto no nº3, do Artigo 7º do Decreto-Lei nº 555799, de 16 de dezembro, na redacção, à data, em vigor. -----

4. As parcelas de terreno, em causa, vieram a dar origem ao prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº 3401/20070503 - freguesia de Outeiro Seco, com a área total de 214.901m², dos quais foram objeto da operação de loteamento 91.447,00m², tendo sobrado **123.454,00m²**, conforme planta, à escala 1:2000, com a identificação da área e intervenção do loteamento, da área loteada e das áreas sobrantes, em anexo à presente Informação/proposta. -----

II - Justificação -----

1. Pela estrutura política municipal, na sequência das manifestações de interesse por parte de diversos agentes económicos que pretendem instalar as suas empresas no concelho de Chaves, foi solicitado que fossem encetadas as diligências procedimentais adequadas ao aproveitamento urbanístico da parcela sobrance do referido loteamento.

2. Na sequência da operação de loteamento, com obras de urbanização, titulada pelo aludido Alvará de Loteamento Nº 1/2007, devido à topografia do terreno e à execução das obras de urbanização - arruamentos destinados à circulação de pessoas e viaturas e faixas de estacionamento - a parcela de terreno que não foi loteada, correspondente ao prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº 3401/20070503 - freguesia de Outeiro Seco, deu origem a cinco parcelas de terreno autónomas. -----

3. Assim, a atualização da situação registral de tal prédio poderá ser concretizada mediante a discriminação das cinco parcelas de terreno, graficamente representadas nas plantas à escala 1:2000, elaboradas, para o efeito, pela técnica superior Carla Joana Rodrigues, arquiteta, inscrita na respetiva Ordem com o nº 11243, as quais têm a seguinte caracterização: -----

Parcela A:

Área: 36.883,15m².

Norte: Arruamento;

Sul: Arruamento;

Poente: Loteamento da Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega;

Nascente: Arruamento;

Parcela C:

Área: 11.696,47m².

Norte: Jacinto Xavier Coelho;

Sul: Arruamento;

Poente: Caminho Público;

Nascente: Caminho Público;

Parcela B:

Área: 219,67m².

Norte: Caminho Público;

Sul: Arruamento;

Poente: Ana Gonçalves Chaves Salgado;

Nascente: Caminho Público;

Parcela D:

Área: 28.149,43m².

Norte: Henrique dos Santos Costa;

Sul: Manuel Lucas e caminho público;

Poente: Arruamento;

Nascente: Capitão Jacinto Montalvão;

Parcela E:

Área: 37.313,07m².

Norte: Arruamento;

Sul: Rede Rodoviária Nacional/Nó de Acesso à A24;

Poente: particulares

Nascente: Loteamento do Mercado Abastecedor da Região de Chaves

4. Regista-se que com a construção da obra "Ligação Rodoviária Entre a EM506 e o IP3(A24) - Nó do Parque Empresarial de Chaves", foram ocupados **9.192,21m²**, do referido prédio urbano inscrito na matriz predial da freguesia de Outeiro Seco sob o artigo **3231**, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número **3401**, os quais foram integrados na Rede Rodoviária Nacional, e se encontram representados na peça desenhada, em anexo. -----

III - Proposta -----

Assim, face ao exposto e em vista à autonomização registral das parcelas de terreno em causa, propõe-se que: -----

a) A presente informação/proposta seja agendada para uma próxima reunião do executivo camarário, em vista a ser autorizada a emissão de certidão discriminativa, das cinco parcelas de terreno, as quais fazem parte do prédio urbano inscrito na matriz predial da freguesia de Outeiro Seco sob o artigo 3231, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 3401, e inscrito a favor deste Município, com a seguinte caracterização: -----

Parcela A:

Área: 36.883,15m².

Norte: Arruamento;

Sul: Arruamento;

Poente: Loteamento da Plataforma Logística Internacional do Vale do Tâmega;

Nascente: Arruamento;

Parcela C:

Área: 11.696,47m².

Norte: Jacinto Xavier Coelho;

Sul: Arruamento;

Poente: Caminho Público;

Nascente: Caminho Público;

Parcela B:

Área: 219,67m².

Norte: Caminho Público;

Sul: Arruamento;

Poente: Ana Gonçalves Chaves Salgado;

Nascente: Caminho Público;

Parcela D:

Área: 28.149,43m².

Norte: Henrique dos Santos Costa;

Sul: Manuel Lucas e caminho público;

Poente: Arruamento;

Nascente: Capitão Jacinto Montalvão;

Parcela E:

Área: 37.313,07m².

Norte: Arruamento;

Sul: Rede Rodoviária Nacional/Nó de Acesso à A24;

Poente: particulares

Nascente: Loteamento do Mercado Abastecedor da Região de Chaves;

b) Por fim, em caso de decisão administrativa favorável que o assunto seja encaminhado para o Gabinete de Notariado e Expropriações e para o Setor de Património, em vista à sua operacionalização. -----
Chaves, 27 de abril de 2018. -----

À consideração superior. -----

O Técnico Superior, em regime de mobilidade -----
Paulo Silva -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.27 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DR. NUNO VAZ, DE 2018.04.27

À Reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar

com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

XII DIVERSOS

1. CANDIDATURA À LOJA N.º 11 DO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 35/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre o pedido formulado por Glória Cristina da Costa Areias, contribuinte fiscal n.º 238 441 490, registado nos serviços de expediente geral desta Autarquia sob o n.º 2168, em 12.03.2018, relacionado com a candidatura à loja n.º 11 do Mercado Municipal de Chaves. -----

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

No Mercado Municipal de Chaves existem diversas tipologias de lugares de venda, designadamente as lojas exteriores, que se definem como locais de venda autónomos, que dispõem de área própria para exposição e comercialização dos produtos, bem como para a permanência dos compradores, com acesso através da via pública ou espaço público, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento dos Mercados Municipais (RMM), em vigor no Município de Chaves. -----

Os lugares de venda do Mercado Municipal, conforme n.º 1 do artigo 16.º do RMM, serão sempre atribuídos a título precário, pessoal e oneroso, sendo a atribuição condicionada aos termos do referido regulamento e demais disposições legais aplicáveis. -----

Nestes termos, e conforme n.º 1 do artigo 18.º do RMM, a atribuição do direito de ocupação das lojas é feita mediante arrematação em hasta pública e licitação verbal ou outro procedimento jurídico que confira transparência ao ato de adjudicação de tal direito. -----

Compete assim, à Câmara Municipal, definir os requisitos e condições gerais da hasta pública, nomeadamente, o seu objeto, valor da base de licitação e respetivos lanços, dia, hora e local da sua realização (cf. n.º 2 do artigo 18.º do RMM). -----

O procedimento aprovado será então divulgado através de edital a afixar nos Mercados Municipais, na página eletrónica do município, num jornal local e ainda no "Balcão do empreendedor" (cf. n.º 3 do artigo 18.º do RMM). -----

DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

O pedido formulado consubstancia o pedido de atribuição do direito de ocupação da loja n.º 11 do Mercado Municipal de Chaves, para instalação de uma florista. -----

De facto, a loja n.º 11 foi formalmente entregue ao Município de Chaves, no pretérito dia 28 de agosto, por morte da titular do direito de ocupação, o que tem motivado constantes manifestações de interesse junto destes serviços. -----

Todavia, esta loja necessita da intervenção da DRO na correção de algumas deficiências, nomeadamente trabalhos de reboco e pintura, reparação da porta da entrada, pavimento e instalações sanitárias. -- Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, estes serviços emitem o seguinte parecer: -----

Considerando a necessidade de obras na loja n.º 11 que permitam a sua ocupação por novo titular, só após a conclusão da intervenção a

realizar pela DRO, se deverá equacionar a concretização de uma nova hasta pública ou outro procedimento jurídico que confira transparência ao ato de adjudicação de tal direito. -----

Face ao exposto, o pedido de atribuição do direito de ocupação da loja n.º 11 do Mercado Municipal de Chaves, não poderá ser acolhido, devendo a requerente ser aconselhada, a aguardar por novo ato público. -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista a ser deliberado manifestar a intenção de indeferir o pedido em concreto. -----

Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do artigo 114.º, em conjugação com o artigo 122.º, ambos do CPA, do sentido da deliberação que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, sendo para o efeito estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à mesma vir a processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o mesmo, tudo isto nos termos do artigo 121.º do CPA.

Em simultâneo, deverá ser pedido à DRO uma intervenção na loja n.º 11, que corrija as deficiências enunciadas, tendo em vista a subsequente preparação da proposta de procedimento, tendente à adjudicação do direito de ocupação da loja n.º 11, do Mercado Municipal de Chaves. -

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----

Chaves, 18 de abril de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Cristiana Morais -----

Anexo: Requerimento EG2168 -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 23/04/2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 27/04/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE TRANSMISSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE LUGAR DE VENDA - LOJA N.º 13, NO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES, A CÔNJUGE SOBREVIVO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 36/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre o pedido formulado por Avelina Helena Morais Melo Pereira, contribuinte fiscal n.º 209 297 875, registado nos serviços de expediente geral desta Autarquia sob o n.º 2497, em 21.03.2018, relacionado com o pedido de transmissão do direito de ocupação do lugar de venda - loja n.º 13, por falecimento de seu marido, Octávio Trinta Ferreira, atual titular.

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

Conforme n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho de Chaves (RMM), a Câmara Municipal pode autorizar a

transmissão do direito de ocupação ao cônjuge não separado judicialmente de pessoas e bens e ou na sua falta ou desinteresse, aos seus descendentes diretos nos seguintes casos: -----
 Invalidez do titular; -----
 Redução a menos de 50% da capacidade física normal; -----
 Morte do titular, nos termos previstos no artigo seguinte; -----
 Outros motivos ponderosos e justificados, verificados caso a caso. --
 Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do RMM, por morte do titular do direito de ocupação, preferem na ocupação dos mesmos locais o cônjuge sobrevivente não separado judicialmente de pessoas e bens e ou na sua falta ou desinteresse, os descendentes, se aquele ou estes ou os seus representantes legais assim o requerem nos 60 dias subsequentes ao óbito, instruindo o pedido com a respetiva certidão de óbito, de casamento ou de nascimento, conforme os casos. -----

DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

O requerimento formulado consubstancia o pedido de transmissão do direito de ocupação do lugar de venda - loja n.º 13, do Mercado Municipal de Chaves, ao cônjuge sobrevivente, por falecimento de seu marido, Octávio Trinta Ferreira, atual titular. -----
 A requerente apresenta certidão que atesta o óbito em 03.03.2018 e comprovativo da Declaração de início de atividade, com inscrição no CAE 95230 - Reparação de Calçado e de artigos de Couro, a vigorar a partir de 09.03.2018. -----

Tendo em conta o enquadramento legal da matéria em causa, estes serviços emitem o seguinte parecer: -----

A requerente, enquanto cônjuge, prefere no direito de ocupação do lugar de venda - loja n.º 13, apresentando para o efeito todos os documentos que a habilitam ao exercício da atividade; -----
 No que respeita às obrigações financeiras, não se encontram em dívida quaisquer montantes ao Município de Chaves; -----
 A nova titular, caso se venha a deferir a pretensão, deverá manter os direitos e as obrigações da primitiva ocupação, bem como o ramo específico de atividade, reparação de calçado. -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, consubstanciada no deferimento da pretensão; -----
 Alcançado tal desiderato, deverá a interessado ser notificada, nos termos do artigo 114.º do sentido da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, consubstanciado no deferimento do pedido de transmissão do direito de ocupação do lugar de venda - loja n.º 13, do Mercado Municipal de Chaves, a Avelina Helena Morais Melo Pereira; -----

Por último, deverá ser atualizada, pelos serviços administrativos adstritos ao Setor de Mercados e Feiras, da DSC, onde se inclui o Mercado Municipal de Chaves, a informação de cadastro do lugar de venda - loja n.º 13, do Mercado Municipal de Chaves, no respetivo programa de gestão de Feiras e Mercados. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----
 Chaves, 19 de abril de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Cristiana Morais -----

Anexo: Requerimento EG2497 -----
DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 23/04/2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 27/04/2018 -----

À reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE LUGAR DE TERRADO COM BANCA N.º 148, PARA LUGAR DE TERRADO COM BANCA N.º 145, NO LOGRADOURO INTERIOR DO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 37/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre o pedido formulado por Manuel dos Santos Barrosa Trigo, contribuinte fiscal n.º 103 157 760, registado nos serviços de expediente geral desta Autarquia sob o n.º 2852, em 05.04.2018, relacionado com o pedido de transferência de lugar de terrado com banca n.º 148, para lugar de terrado com banca n.º 145, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves. -----

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

O Regulamento dos Mercados Municipais (RMM), em vigor no Município de Chaves, é omissivo quanto à possibilidade de transferência de lugares de terrado com banca. -----

Contudo, nos termos do artigo 44.º do RMM, para a resolução de dúvidas e omissões na aplicação das disposições do referido regulamento é competente a Câmara Municipal. -----

DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

O pedido formulado consubstancia o pedido de transferência do direito de ocupação do lugar de terrado com banca n.º 148, para o lugar de terrado com banca n.º 145, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves. -----

De facto, por consulta do programa de gestão de Feiras e Mercados, o lugar de terrado com banca n.º 145 encontra-se atualmente vago. -----

Pedido parecer ao encarregado do Mercado Municipal de Chaves, Manuel Sarmiento, é seu entendimento que a alteração de lugar não causará qualquer constrangimento ao normal funcionamento do Mercado. -----

Face ao exposto, o pedido de transferência de lugar de terrado, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves, poderá ser acolhido, mantendo a requerente os direitos e as obrigações da primitiva ocupação, bem como o ramo específico de atividade. -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, consubstanciada no deferimento da pretensão; -----

Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do artigo 114.º do sentido da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, consubstanciada no deferimento do pedido de transferência do lugar de terrado com banca n.º 148, para o

lugar de terrado com banca n.º 145, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves; -----

Por último, deverá ser atualizada, pelos serviços administrativos adstritos ao Setor de Mercados e Feiras, da DSC, onde se inclui o Mercado Municipal de Chaves, a informação de cadastro dos lugares de terrado, no respetivo programa de gestão de Feiras e Mercados. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----
Chaves, 19 de abril de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Cristiana Morais -----

Anexo: Requerimento EG 2852 -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 23/04/2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 27/04/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE LUGAR DE TERRADO COM BANCA N.º 5, PARA LUGAR DE TERRADO COM BANCA N.º 49, NO LOGRADOURO INTERIOR DO MERCADO MUNICIPAL DE CHAVES. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 38/DSC/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

A presente informação consubstancia o parecer sobre o pedido formulado por Ruben Manuel Teixeira Contins, contribuinte fiscal n.º 226 054 403, registado nos serviços de expediente geral desta Autarquia sob o n.º 2853, em 05.04.2018, relacionado com o pedido de transferência de lugar de terrado com banca n.º 5, para lugar de terrado com banca n.º 49, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves. -----

ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

O Regulamento dos Mercados Municipais (RMM), em vigor no Município de Chaves, é omissivo quanto à possibilidade de transferência de lugares de terrado com banca. -----

Contudo, nos termos do artigo 44.º do RMM, para a resolução de dúvidas e omissões na aplicação das disposições do referido regulamento é competente a Câmara Municipal. -----

DA ANÁLISE DO PEDIDO EM CONCRETO -----

O pedido formulado consubstancia o pedido de transferência do direito de ocupação do lugar de terrado com banca n.º 5, para o lugar de terrado com banca n.º 49, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves. -----

De facto, por consulta do programa de gestão de Feiras e Mercados, o lugar de terrado com banca n.º 49 encontra-se atualmente vago. -----

Pedido parecer ao encarregado do Mercado Municipal de Chaves, Manuel Sarmiento, é seu entendimento que a alteração de lugar não causará qualquer constrangimento ao normal funcionamento do Mercado. -----

Face ao exposto, o pedido de transferência de lugar de terrado, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves, poderá ser

acolhido, mantendo a requerente os direitos e as obrigações da primitiva ocupação, bem como o ramo específico de atividade. -----

PROPOSTA DE DECISÃO -----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação, sou a propor a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, consubstanciada no deferimento da pretensão; -----

Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do artigo 114.º do sentido da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, consubstanciada no deferimento do pedido de transferência do lugar de terrado com banca n.º 97, para o lugar de terrado com banca n.º 92, no logradouro interior do Mercado Municipal de Chaves; -----

Por último, deverá ser atualizada, pelos serviços administrativos adstritos ao Setor de Mercados e Feiras, da DSC, onde se inclui o Mercado Municipal de Chaves, a informação de cadastro dos lugares de terrado, no respetivo programa de gestão de Feiras e Mercados. -----

Na ausência do Chefe da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, submete-se a presente informação/proposta diretamente à consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral -----

Chaves, 19 de abril de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Cristiana Morais -----

Anexo: Requerimento EG 2853 -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 23/04/2018 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 27/04/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. "REQUALIFICAÇÃO DA AV. DOS ALIADOS (PAMUS 7)" - CANDIDATURA NORTE-05-1406-FEDER-000125 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº41/DSC/2018, DO ENGº PAULO VALOURA DE 26.04.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-06-2016-19 - "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 4.5 (4e)", o Município de Chaves apresentou, em 29 de dezembro de 2017, uma candidatura designada "Requalificação da Av. dos Aliados (PAMUS 7)". -----

1.2. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT), enquanto organismo intermédio da Autoridade de Gestão, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 17 de abril de 2018. Com a referida comunicação foi rececionado a minuta do Termo de Aceitação, a qual deverá ser assinada

pelo Senhor Presidente da Câmara, matéria sobre a qual versa a presente informação. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. A operação consubstancia a intervenção de "Requalificação da Avenida dos Aliados", localizada na freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves. -----

2.2. Com a referida intervenção pretende-se adaptar 109 metros da rede viária urbana concelhia aos modos suaves de mobilidade, numa área intervencionada de 1.890 m², dos quais 995 m², serão destinados aos modos suaves de mobilidade (pedonal). -----

2.3. O desenvolvimento desta operação, integrada no PAMUS de Chaves, pretende dar continuidade entre a intervenção do PARU 2.5 - Largo do Terreiro de Cavalaria (Remodelação Funcional e Paisagística) e o PAMUS 1.4 - Requalificação da Av. Nuno Álvares. -----

2.4. Esta requalificação, no espaço urbano, pretende beneficiar a mobilidade pedonal e os aspetos funcionais da via, com a execução de todo o pavimento dos passeios, passadeiras e faixa de rodagem, bem como a sinalização horizontal e vertical. Está ainda prevista a colocação de caldeiras para a proteção de árvores existentes. Destaca-se a manutenção da dimensão dos passeios, de largura variável superior a 3,3 metros. A faixa de rodagem da via será mantida, com 5,50 metros de largura, mantendo os dois sentidos de circulação. Os estacionamento materializados longitudinalmente são adjacentes à faixa de rodagem da via, num corredor de 2,25 m. Os lugares de estacionamento existentes são mantidos, dos dois lados da via, com 1,75 metros de largura cada. Serão ainda feitas intervenções ao nível da drenagem de águas pluviais e na rede de abastecimento de água para consumo e combate a incêndios. -----

2.5. Desta forma, pretende-se melhorar as condições funcionais dos espaços de circulação destinados aos modos suaves de mobilidade pedonal, incentivando a redução da utilização dos meios motorizados e consequentemente para a diminuição das emissões de CO₂. -----

2.6. Considera-se expectável que a concretização desta intervenção gere impactos positivos no que respeita à redução da utilização dos meios motorizados e consequentemente redução dos níveis de ruído e/ou de emissões de gases poluentes e dos gases com efeito de estufa. Por outro lado, permitirá aumentar a atratividade da população local para os modos suaves de mobilidade pedonal prevendo-se, neste sentido, benefícios para os cidadãos locais em termos saúde pública e de qualidade de vida em meio urbano. -----

2.7. Estima-se, igualmente, uma mobilidade mais inclusiva, em virtude da eliminação de barreiras para os utilizadores mais vulneráveis e do aumento da segurança da mobilidade em modos suaves. -----

2.8. A submissão desta candidatura baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

- i) Custo Total - 100 252,26 euros; -----
- ii) Investimento Não Elegível - 44 162,20 euros; -----
- iii) Investimento Elegível - 56 090,06 euros; -----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 85% (do Investimento Elegível); -----
- v) Contribuição FEDER/FC Total - 47 676,55 euros; -----
- vi) Autarquia Local - 52.575,71 euros (15% do Investimento Elegível + Investimento Não Elegível). -----

2.9. Analisado o conteúdo constante no Relatório de Decisão e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que da apreciação da candidatura e respetiva análise de mérito, por parte da Autoridade de Gestão, resultou a obtenção de uma pontuação de 3,20 pontos. -----

2.10. Verificou-se também, que da análise da referida candidatura, resultaram reajustamentos da elegibilidade de determinados trabalhos (Ponto 4. Elegibilidade das Despesas e Análise Financeira do Parecer Global, anexo à presente informação), tendo resultado numa alteração na repartição dos valores de investimento, conforme seguidamente apresentado: -----

- i) Custo Total - 100 252,26 euros; -----
- ii) Investimento Não Elegível - 44 709,95 euros; -----
- iii) Investimento Elegível - 55 542,31 euros; -----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 85% (do Investimento Elegível) -----
- v) Contribuição FEDER/FC Total - 47 210,96 euros; -----
- vi) Autarquia Local - 53.041,30 euros (15% do Investimento Elegível + Investimento Não Elegível). -----

2.11. Assim, registou-se uma diminuição da despesa considerada como inicialmente elegível (na fase de submissão da candidatura), e consequentemente, uma diminuição da contribuição FEDER proposta e um aumento do esforço financeiro do Município, para a concretização desta operação. -----

2.12. Perante estes factos os serviços técnicos da DSC analisaram o Parecer Global da candidatura, tendo-se concluído que os reajustamentos propostos, pela Autoridade de Gestão, vão de encontro à tipologia de elegibilidades previstas para a Prioridade de Investimento em que a referida candidatura se enquadra. -----

2.13. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados no respetivo Termo de Aceitação e apresentados resumidamente no ponto 2.10 da presente informação. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Face ao exposto, e considerando a importância que a intervenção de Requalificação da Avenida dos Aliados terá: -----

- i) No estabelecimento de uma ligação de continuidade das soluções urbanísticas adotadas para a intervenção do PARU 2.5 - Largo do Terreiro de Cavalaria (Remodelação Funcional e Paisagística) e o PAMUS 1.4 - Requalificação da Av. Nuno Álvares; -----
 - ii) Na redução da utilização de meios motorizados e consequentemente redução dos níveis de ruído e/ou de emissões de gases poluentes e dos gases com efeito de estufa; -----
 - iii) No aumento da atratividade da população local para os modos suaves de mobilidade pedonal e ciclável com benefícios claros para os cidadãos locais em termos saúde pública e de qualidade de vida em meio urbano; -----
 - iv) No contributo para uma mobilidade mais inclusiva, em virtude da eliminação de barreiras para os utilizadores mais vulneráveis e do aumento da segurança da mobilidade em modos suaves, -----
- propõe-se que superiormente sejam aceites as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), nos moldes estabelecidos pela Autoridade de Gestão. -----

3.2. Dado que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo de 30 dias contados a partir da notificação, e caso a presente proposta venha a ter acolhimento superior, deverá a mesma ser submetida a reunião do Executivo Municipal, com vista à deliberação de concordância com o teor do referido Termo de Aceitação, bem como legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do mesmo, para posterior envio para a CIMAT. -----

À consideração superior -----
À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
**DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO
DELGADO, DE 27.04.2018** -----
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e
regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ DE 27.04.2018 --
À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar
com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor
da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a
forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do
Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações,
com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião
quando eram onze horas e trinta minutos, para constar se lavrou a
presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou
assinar, junto do Presidente. -----
